



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irôndi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Reraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

AMANHÃ O S. E. S. A. O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 018/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos incisos I, II, VII e X, do art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela de nº 10.014, de 29 de junho de 1992, as quais versam sobre a criação, organização e competência do Con-

selho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

A pretendida alteração que abrangerá tão somente a representação de Secretarias de Estado no Conselho em referência, é necessária e oportuna eis que, com o advento da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, criando e extinguindo Secretarias de Estado e, em consequência, redefinindo campos de ação de outras então existentes, impõe adequação de nomenclatura na composição do referido Colegiado.

Com vistas a melhor detalhar os aspectos de conveniência e oportunidade da medida ora proposta, é adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família:

"Com a sanção da Lei nº 11.066 de 01.02.95, publicada no Diário Oficial nº 4440 de 01.02.95 - que criou e extinguiu Secretarias de Estado - foi dada nova estrutura organizacional ao Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.

As competências de algumas Secretarias foram alteradas e por isso há necessidade de adequar-se o artigo 2º da Lei nº 11.014/92 de 29.06.92, que trata da composição dos membros governamentais do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, à nova realidade.

No inciso I do art. 2º, da Lei nº 10.014, ao invés de um representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná, deve constar, agora, um representante da Secretaria de Estado do Governo face às atribuições que lhe couberam pela Lei nº 11.066/95.

Face à extinção da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e a criação da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família a quem, agora, compete a organização, o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a articulação da política estadual da assistência social e outras atividades correlatas, há necessidade da substituição do inciso II da referida Lei; colocando a nova Secretaria no lugar da extinta.

A Secretaria Especial do Esporte e Turismo prevista no inciso VII da Lei nº 11.014/92, hoje, deixou de ser especial e, através do art. 6º da Lei nº 11.066/95, foi criada a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Cabendo à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a promoção e definição das diretrizes para implantação da política estadual referente ao ensino superior, esta, engloba as universidades públicas; o que respaldaria a alteração do inciso X da Lei nº 11.014/92.

Assim, tendo em vista a conclusão do mandato dos membros do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e a

conseqüente necessidade de novas nomeações, busca, primeiramente, este novo Governo, adequar a legislação pertinente à nova realidade estrutural do Governo do Paraná, concretizando sua meta de imprimir neste nosso Paraná, efetivamente, novos caminhos".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 142/95

Art. 1° - Os incisos I, II, VII e X, do art. 2° da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela Lei n° 10.014, de 29 de junho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Governo";

"II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família";

"VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo"; e

"X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior";

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 019/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a receber através de doação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel urbano que especifica, localizado na Cidade de Cruz Machado, neste Estado.

Convém salientar que a proposta ora formulada atende aos interesses da Administração, pois que, sobre o referido imóvel, foi edificado, pelo Estado do Paraná, prédio destinado às instalações de Posto de Saúde. Pretende o INCRA que a doação seja efetivada com o encargo relativo à manutenção da referida edificação.

Consta, ainda, do referido anteprojeto, que o Estado do Paraná poderá também ocupar o imóvel, instalando outro órgão público que desenvolva atividades no município, dentro das necessidades que se apresentem.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e

conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 143/95

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em doação, imóvel localizado na Cidade de Cruz Machado - PR, de frente para a Rua Manoel Ribas, com área de 864,48 m², objeto de parte da matrícula n° 8.326, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de União da Vitória - PR, sobre o qual encontra-se um posto de saúde, cuja edificação deverá ser mantida, podendo o Estado do Paraná, dentro de suas necessidades, ocupá-la, também, com órgão público que desenvolva atividades naquele município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 020/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Matias Gomes, os lotes n°s 29 e 46/A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação das questionadas áreas ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-as adequadamente, de modo a fazer com que cumpram sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.158.005-0/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no

sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 021/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Lino Caetano da Rosa, o lote n° 97, do Imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 167,3337 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação das questionadas áreas ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-as adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.635.737-5/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta a no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 022/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa

Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Ailson Nahm, o lote n° 160, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 86,3094ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação das questionadas áreas ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-as adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.556.928-0/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta a no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 23/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Marco Nicaretta, o lote n° 55, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem ex-

plorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.404.444-2/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 24/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Izabel Goldacha, o lote nº 03, do imóvel denominado "Três Tombos", no Município de Pitanga, com área de 106,4415 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.635.508-9/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de

que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 25/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Mariano Goldacha, o lote nº 09, do imóvel "Pitanga Abaixo", Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.228.553-1/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 26/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no

sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Luiz Alberto Ribas Prestes, o lote nº 06, do imóvel Barra Preta, Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.309.858-1/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 27/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Leonildo Garcia da Cruz e Antonio Martinelli, o lote nº 01, do imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem ex-

plorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.405.293-3/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 28/95

Curitiba, 24.04.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Luiz Pontarolo, o lote nº 02, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 260,3588 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de Legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.635.740-5/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de

que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 402/95, do Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, encaminhando relatório de prestação de contas, referente exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 417/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando relatório de prestação de contas do Departamento de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício financeiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 002/95-GFS/DEAP, do Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, encaminhando prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público, referente ao ano de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 124/95-GAB, do Senhor Ricardo Aparecido Maia Kotsifas, Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, encaminhando prestação de Contas, referente ao ano de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 456/95, do Senhor Roberto Frederico Merhy, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 137/95, do Senhor Jackson Proença Testa, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando balanço geral da Universidade, referente ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 104/95-DETO, do Senhor Abel José Baietel, Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 127/95, do Senhor Luiz Antonio de Souza, Reitor da Fundação Universi-

dade Estadual de Maringá, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DIRFI/CONTR-7-0873/95, do Senhor Pedro Ramos, Diretor da BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, encaminhando documentos referente a prestação de contas anual, exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 220/95-DPR, do Senhor Marcos Elias Traad da Silva, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0047/95, do Senhor Paulo Marques, Diretor Geral do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, encaminhando prestação de contas referente ao exercício de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 0333/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, encaminhando as declarações de bens dos dirigentes do Poder Executivo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/067/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 074/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, em razão do fato da Entidade "Ação Social São João Batista", da localidade de Lontrão, Município de Imbituva -PR, já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.220, de 17 de outubro de 1979. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/068, 069, 070, 071, 072, 073 e 074/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

001/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.079. **Anote-se - Arquive-se.**

015/95: De autoria do Deputado Nereu Moura que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.080. **Anote-se - Arquive-se.**

016/95: De autoria do Deputado Cezar Silvestri que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária para o

Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.081. **Anote-se - Arquite-se.**

024/95: De autoria do Deputado Jocelito Canto que, declarada de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubitatã, com sede e foro na Comarca de Ubitatã, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.082. **Anote-se - Arquite-se.**

047/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Fundação Hugo Simas, com sede e foro na Cidade de Curitiba, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.083. **Anote-se - Arquite-se.**

055/95: De autoria do Depuado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Cerrado da Roseira, com sede e foro na Cidade de Jaguariaiva, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.084. **Anote-se - Arquite-se.**

056/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Eduardo Xavier da Silva, com sede e foro na Cidade de Jaguariaiva, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.085. **Anote-se - Arquite-se.**

OF. N° 129/95/CS

Curitiba, 02.05.95.

Senhor Presidente.

Através deste, me dirijo a Vossa Excelência, para solicitar dispensa das sessões ordinárias dos dias 03 e 04 do corrente mês, em face de viagem que farei a Brasília, nessas datas, a qual é do interesse do nosso Estado.

Certo de poder contar com sua compreensão, reitero a Vossa Senhoria, protestos de estima e consideração.

(a) CARLOS SIMÕES

Emenda:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI N° 130/95

O artigo 2°, do Projeto de Lei n° 130/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação".

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: José Tavares, Caíto Quintana, Augustinho Zucchi e Luiz Cláudio Romaneli.

JUSTIFICATIVA:

O escopo da Emenda Modificativa Corretiva que ora apresenta é tornar mais ampla a regulamentação da proposição em tela.

Deste modo, o Poder Executivo ao criar, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná, dotará de toda a estrutura adequada e necessária para o bom funcionamento do órgão.

Pela relevância do tema e pela oportunidade da medida da presente Emenda, Modificativa Corretiva, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a sua aprovação.

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente, para solicitar seus bons préstimos no sentido de proceder a indicação do Líder do Governo nesta Casa de Leis, Deputado Algaci Túlio como Titular e o Deputado Walmor Trentini como suplente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará possíveis irregularidades na administração do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ROSSONI

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA a esta Casa de Leis, que estará ausente no período de 08 a 22 de maio do corrente ano, participando de um Congresso na Feira DRUPA, em Düsseldorf - Alemanha.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 130/95, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento do prazo para entrega de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária n° 113/95 do dia 05/05/95 para dia 09/05/95.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento procura conceder um prazo maior para a discussão e a consequente elaboração e apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, em discussão nesta Casa, pois que o prazo final para aprovação da LDO estende-se até "o encerramento do primeiro período da Sessão Legislativa" (CE. artigo 22, inciso II, das Disposições Transitórias) ou seja 30/06/95.

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que o horário do Pequeno e Grande Expedientes da sessão do dia 8 de maio próximo seja dedicado ao Dia da Vitória, quando irá usar a palavra para enaltecer a trajetória da Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalhas europeus e a vitória dos Aliados na Segunda Grande Guerra.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, votos de pesar à família de Reinaldo de Carvalho, o Bola, falecido no dia 29 de abril de 1995, na Cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Reinaldo de Carvalho, nascido no Rio

de Janeiro, criado em Curitiba, carnavalesco, compositor, intérprete, Rei Momo de Curitiba e Rio de Janeiro.

Filho de Liegi e Flávio de Carvalho, Reinaldo de Carvalho, conhecido nacionalmente como Bola, foi criado em Curitiba, estudou na Escola Técnica Federal do Paraná, trabalhou na Fundação Cultural de Curitiba, foi duas vezes Rei Momo do carnaval de Curitiba.

Bola, foi durante 10 anos Rei Momo do carnaval da Cidade do Rio de Janeiro, ficando conhecido como o Grande Embaixador do carnaval carioca.

Bola, faleceu aos 33 anos, de problemas cardíacos, foi sepultado na Cidade do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família de Ricieri Nivanor Bernardi, falecido no dia 25 de abril de 1995, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná perdeu uma de suas grandes expressões do motociclismo. Ricieri Nivanor Bernardi, nascido em 30 de Setembro de 1949, na Cidade de Apiuna - Santa Catarina, dedicou sua vida ao motociclismo, registrando na sua trajetória os seguintes títulos:

1. Sete (07) vezes Campeão Brasileiro;
2. Quatro (04) vezes Campeão Paulista;
3. Duas (02) vezes Campeão de Hollywood;
4. Duas (02) vezes Campeão Latino-Americano;
5. Uma (01) vez Campeão das Américas;
6. Duas (02) vezes vice-Campeão Latino-Americano;
7. Segundo Lugar no Pré-Mundial - Modalidade: Moto Cross - 250 cilindradas
8. Uma (01) vez Campeão Mundial das 24 horas de Interlagos;
9. Uma (01) vez vice-Campeão das 500 milhas de Interlagos;
10. Uma (01) vez vice-Campeão Paraná na Terra - Modalidade: Velocidade 500 cilindradas

Elevou assim, o nome do Paraná e do Brasil neste esporte.

REQUERIMENTO N° 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviada a família enlutada voto de pesar

pelo passamento do Senhor Setembrino Lourenço de Ávila, ocorrido no dia 30.04.95, no Município de Clevelândia-PR, onde exercia a profissão de fotógrafo nascido em 27.11.35, morador na rua: Oscar Loureiro Cardoso, 497, Clevelândia-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança Pública pelo resultado da operação desenvolvida no seqüestro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, para que receba e transmita a todos os componentes da Polícia Civil e Militar que participaram da referida operação, o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Neste momento em que comemoramos com alegria o final angustiante da população de Marechal Cândido Rondon, temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública através das Polícias Civil e Militar, numa atuação que tem colocado o organismo da nossa Polícia no melhor conceito perante a sociedade paranaense e brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulhando a todos os nossos concidadãos, preparada está a nossa polícia, para em qualquer circunstância, reprimir a subversão da ordem ou a ameaça de sua erupção. Ao mesmo tempo, cabe-nos reverenciar as ilustres figuras do Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, do Comandante Geral da Polícia Militar Cel. Daniel Cezar Mainguê e do Delegado Geral da Polícia Civil Doutor Tóleb Baleche de Oliveira, bem como a todos os integrantes daquela operação, pela atuação e pelos exemplos que proporcionaram à população do Município de Marechal Cândido Rondon, como de resto a toda a sociedade paranaense.

Devemos assinalar que a operação Marechal Cândido Rondon é motivo de orgulho para todos nós paranaenses pelo que representa a nível estadual, inclusive na esfera nacional, principalmente como modelo de visão policial.

A classe política não pode perder perspectiva de que o organismo policial do Estado deve ser voltado para a causa da

população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

Pelo desempenho que vem apresentando essa polícia especializada do Paraná, contribuindo não apenas com a aplicação policial mas principalmente fazendo-a com agilidade que a sociedade sempre esperou.

Presente e atuante está a Polícia do Paraná, para em todas as situações, garantir a segurança do povo paranaense, que assim poderá usufruir plenamente dos direitos que o regime lhe assegura, vivendo todas as possibilidades que o Estado apresente. Fator preponderante para a realização de tais objetivos tem sido ao longo do tempo a disciplina forte e consciente, cuja constante prática forma poderoso elo de coesão a impulsionar o organismo policial do nosso Estado.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a manifestação de regozijo do Poder Legislativo do Estado do Paraná, saudando a todos os membros do organismo policial, pelo que fizeram e pelo que continuarão fazendo em prol de nossa sociedade em geral e dos cidadãos em particular.

A atuação do Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira no comando da operação Rondon, demonstra mais uma vez a competência de quem passou pelas funções de Deputado Estadual atuante, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Chefe da Casa Civil, Conselheiro do Tribunal de Contas e Presidente daquele Tribunal e Secretário de Estado da Educação, demonstrando liderança, mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaindo-se em múltiplas atividades, comprovando a inegável vocação paranaense.

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Serviço de apoio à Pequena Empresa no Paraná (SEBRAE) acaba de firmar convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) que possibilitará às micro e pequenas empresas paranaenses, que estão implementando programas de qualidade total, participarem do 40° Congresso Internacional de Qualidade Total, que acontecerá em Cincinnati, Ohio, EUA, de 22 a 24 de maio deste ano.

A iniciativa é um importante apoio para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, notadamente no que diz respeito à melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferecem. A micro e pequena empresa cumprem papel decisivo na geração de empregos e na ativação da economia.

Reconhecendo o esforço e dedicação do Superintendente do SEBRAE, Dr. Hélio Cado-re, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro na Ata da presente Sessão de votos de congratulações ao Serviço

de Apoio a Pequena Empresa no Paraná (SEBRAE) e ao seu Superintendente, Dr. Hélio Cadore.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro em Ata da presente Sessão de votos de congratulações ao Município de Primeiro de Maio pelo transcurso do seu aniversário de fundação no dia 1° de maio.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dado ciência à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro na Ata da presente Sessão de votos de congratulações ao Município de Nova Santa Bárbara pelo transcurso do seu aniversário de fundação no dia 9 de maio.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dado ciência à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER registro na Ata da presente Sessão, de voto de congratulações ao Município de Uraí pelo transcurso do seu aniversário de fundação no dia 5 de maio.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dada ciência à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, registro na Ata da presente Sessão, de voto de congratulações ao Município de Assaí pelo transcurso do seu aniversário de fundação no dia 1° de maio.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dada ciência à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, na pessoa do seu Presidente Senhor Brasil Paraná de Cristo, demais membros da Diretoria Executiva do Conselho Deliberativo e Fiscal e associados, pela passagem do 63° (sexagésimo terceiro) ano de fundação daquela entidade.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, a querida ASPP, completa neste dia 1° de maio, 63 anos de fundação.

Motivo de júbilo para todos nós paranaenses, pois esta entidade, reconhecida e representativa da classe de funcionários públicos paranaenses, nasceu sob o signo da vitória e segue seus caminhos traçados pelos homens e mulheres que compõem sua Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal. Sua diretoria, tão bem comandada por Brasil Paraná de Cristo, vem executando um trabalho aliando competência em seus atos com amor e união.

Sessenta e três anos de fundação são marcados por um inegável patrimônio imóvel avaliado em cerca de R\$ 6,7 milhões, composto por sua sede administrativa em Curitiba, sede social em Santa Quitéria, área de lazer representada pela sede campestre de Piraquara, Colônia de Férias e Camping, em Caiobá e brevemente expandindo seu atendimento aos associados residentes no interior, com a sede administrativa e recreativa que atenderá associados da região. Tudo fruto de trabalho transparente e voltado para o maior patrimônio da ASPP: seus 60 (sessenta) mil associados, número significativo e a quem são dirigidos os benefícios, como convênios nas áreas médica, odontológica e laboratorial; pecúlio e auxílio funeral, empréstimos financeiros, entre outros.

E a atual Diretoria está imbuída do mais alto senso de bem administrar as coisas da entidade, pois já entregou, em 94, mais 45 novos apartamentos em Caiobá; para o segundo semestre deste ano, inaugura o Ginásio Poliesportivo de Santa Quitéria, com capacidade para 2.500 pessoas, um presente para a comunidade curitibana em geral e para 1996, entrega outra área de lazer no litoral do Estado, representada pela Pousada de Antonina.

É uma entidade que vive voltada para o futuro, sempre crescendo e objetivando

ofertar benefícios aos seus milhares de associados espalhados por todo o Paraná. E chega a estes 63 anos, esbanjando vitalidade e demonstrando, através de sua competente Diretoria, como se administra com transparência e lisura, utilizando recursos apenas oriundos da mensalidade social, hoje fixada em apenas R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos).

O exemplo da ASPP merece este voto de aplauso e congratulações desta Assembleia Legislativa. Ele é mais do que justo.

DIRETORIA EXECUTIVA DA ASPP - GESTÃO 93/96

Presidente: Brasil Paraná de Cristo
1º vice-Pres.: Murillo Bastos Pacheco
2º vice-Pres.: Joaquim dos Santos Filho
1º Secretário: Simeão Moreira de Souza
2º Secretário: Paulo Chaves da Silva
1º Tesoureiro: Luiz Fernando Marques
2º Tesoureiro: Olinto Mulazani Filho
Diretor Geral
dos Serviços de
Assistência: José Carlos Rodrigues Dias

REQUERIMENTO N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Braganey, pela passagem de sua emancipação política.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal João Capeletto, ao Senhor vice-Prefeito e a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Braganey.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que Braganey comemora seus treze anos de emancipação política, constatamos que atravessa atualmente uma grande transformação econômica, política e social.

O trabalho sério e honesto de sua população, aliado à competência de seus administradores contribuiu para que Braganey se tornasse um município pujante, onde a classe política faz da idoneidade, probidade e honra, seus principais instrumentos de trabalho.

Com esta proposição, o Legislativo paranaense, através deste Deputado, tributa a justa homenagem à população de Braganey, que na árdua luta de tempos difíceis, deixaram um legado de trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO N° 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Ivaté, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado na data de hoje (02.05).

Do aprovado requer seja comunicado a Senhora Prefeita Municipal, Senhora Elmida Panazzolo (Av. Rio de Janeiro, 2572); ao vice-Prefeito Dario Benedito Anselmo de Souza; aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre, Laudemir Santin; Carmelita Lima Sgravato; Edgar Rodrigues Monção; Missal Alves da Silva; Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Câmara Municipal de Ivaté, Rua Loanda, s/n - CEP 87519-000); Senhor Raul Gouveia, Delegado de Polícia (Av. Rio de Janeiro, s/n); Padre Joaquim Soares Moreira (Casa Paroquial de Ivaté) e as famílias da comunidade representadas pela Senhora Maria Aparecida S. Favero (Av. São Paulo, s/n - CEP 87519-000), Senhor Humberto Aparecido Milani (Av. Princesa Isabel, s/n, Herculanôdia - CEP 87.528-000); Dely Fagundes Moreira (Av. Rio de Janeiro, 2556 - CEP 87.519-000); Abílio Guerreiro (Av. Minas Gerais, s/n - CEP 87519-000).

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A comemoração de mais um ano de emancipação política sempre renova o espírito de civismo e o sentimento de orgulho de nascer, viver e pertencer àquele município.

Assim não é diferente em Ivaté, criada por força da lei que recebeu o n° 8.970, sancionada em 02 de maio e 1989, publicada no D.O.E. de n° 3.013, de 10 de maio daquele ano, Ivaté tem no seu povo a verdadeira demonstração de fé e de amor pelas suas raízes, crescendo dia a dia numa perspectiva de, em um curto espaço de tempo transformar-se em uma cidade de grande porte.

Parabéns, Ivaté.

REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Direção e aos funcionários do jornal "Agora Paraná", de circulação estadual, parabenizando-os pela passagem do terceiro ano de existência como órgão informativo e formador de opinião dos paranaenses, a ser comemorados no dia 12 de maio próximo.

Do aprovado requer seja comunicado o

Senhor Carlos Roberto de Moraes, Diretor Presidente (Rua Mandaguari, 745 - Pinhais), e as Senhoras Mariza Lorenzetti e Renata Magalhães, Diretoras Financeira e Comercial, respectivamente.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O jornal em referência já circula ininterruptamente há três anos, sempre com a mesma qualidade e padrão profissional que hoje se apresenta. Trata-se de um dos mais verdadeiro e confiável veículo de informação e formação de opinião pública que dispõem os paranaenses, para todos os dias ficarem atualizados sobre os acontecimentos nas áreas política, esportiva, policial e cultural. Apresentando-se em dois cadernos com muitas variedades, abordando assuntos de vários municípios do Estado e contando com publicidade de grandes empresas nacionais.

Profissionais competentes fizeram e fazem parte do corpo de funcionários desta brilhante empresa dirigida de forma competente por Carlos Moraes. Desde sua equipe de jornalismo, reportagem, computação gráfica, fotografia, setor de produção, impressão, composição e fotolito, passando pelos gerentes das sucursais em diversos municípios, todos sem exceção, inclusive aqueles que ajudaram de outras formas o êxito deste jornal, parabenizamos em nome da população do Paraná, desejando-lhes profícuos anos de circulação, para manter a imprensa do nosso Estado no patamar de respeitabilidade que se encontra.

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações a Dona FANY LERNER, pelo lançamento do Programa "Da Rua para a Escola", ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Lançado quinta-feira na Cidade de Ponta Grossa, o Programa "Da Rua para a Escola", foi destaque na imprensa nacional pelo caráter meritório de retirar o adolescente da rua e encaminhá-lo para a escola.

O Programa é simples e criativo, pois vincula a doação de uma cesta básica a compromisso de as famílias proporcionarem o retorno da criança e do adolescente ao convívio do lar, conseqüentemente assegurando o seu ingresso e permanência na escola regular. Ademais, a cesta básica servirá como suplementação alimentar.

REQUERIMENTO N° 1044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Assaí, votos de congratulações pela passagem do seu 63° aniversário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Primeiro de Maio, votos de congratulações daquele município, pela passagem do seu aniversário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de congratulações, ao IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba, pela realização do I Fórum de Administração Pública Cidade de Curitiba - Desafios contemporâneos da Gestão Pública.

Este evento se reveste de muita importância no presente momento, em que as administrações públicas procuram repensar as suas formas de atuação, buscando responder adequadamente as necessidades do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1052 "A"

Senhor Presidente.

Quando da nossa recente participação na Feira de Hannover, na Alemanha, integrando comitiva governamental, pudemos compartilhar e ouvir o lúcido pronunciamento, naquele evento, do Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, vice-Prefeito de Curitiba e destacada liderança empresarial de nosso Estado.

Em seu pronunciamento buscou transmitir uma visão otimista do Brasil, abordando os aspectos positivos da política econômica nacional, em especial o esforço para assegurar a estabilização da moeda, a constituição do MERCOSUL, que será um forte bloco econômico na América do Sul.

Paranista que é, divulgou o nosso Estado e convidou empresários da Alemanha para uma parceria em investimentos no Paraná.

Assim, reconhecendo que "Carvalhinho", como é carinhosamente chamado o empresá-

rio, desempenha papel fundamental para o desenvolvimento e a geração de empregos no nosso Estado, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro na Ata da presente sessão de votos de congratulações ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho pelo seu pronunciamento proferido por ocasião da realização da Feira de Hannover, na Alemanha.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

"Saber sacrificar tudo a um dever é a principal e a mais difícil ciência que nós temos de aprender na vida."

A ação da Segurança Pública do Estado, no episódio ocorrido na Cidade Marechal Cândido Rondon, para resgate de sete reféns, entre esses três crianças, das mãos de seqüestradores, se constitui em exemplo e marco da crônica policial do Paraná, pelas características de responsabilidade, de capacidade operacional e senso de humanidade na proteção das vítimas inocentes, que culminaram por assegurar o sucesso da operação policial em seu todo.

A forma como foi conduzida essa operação policial, pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Martins de Oliveira e seus auxiliares imediatos, Dr. Talib Baleche, Delegado Geral da Polícia Civil, Coronel Daniel Cesar Maingue, assim como pelos policiais do COE - Comando de Operações Especiais da PM, e pelo TIGRE - Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial, merece o agradecimento e o respeito do povo do Paraná, representado nesta Casa. Assim o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à d. Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com a Segurança Pública do Estado do Paraná, pela forma digna com que soube cumprir o seu dever no episódio policial ocorrido na Cidade de Marechal Cândido Rondon, ressaltando-se a condução da operação realizada pelo Senhor Secretário de Segurança, onde sobressaíram-se o COE e o Grupo TIGRE, comandados respectivamente pelo Coronel Iranil, Dr. Braga e Dr. Noronha.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado que, pela confiança e apoio à Segurança Pública permitiu e concorreu para o êxito da operação. E ainda, que se dê ciência ao Dr. Talib Baleche, Delegado Geral da Polícia Civil, ao Coronel Maingue, Comandante da Polícia Militar do Paraná, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da

Segurança Pública, Dr. Cândido Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o d. Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, votos de louvor ao Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Senhor Iranil dos Santos.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Tenente Coronel Iranil dos Santos, Sub-Comandante da Academia do Guatubá, dedica sua vida há mais de 20 anos, à carreira militar.

Sua atuação teve mais um destaque, quando atuou como um dos Comandantes da operação que libertou sete pessoas das mãos de seqüestradores em Marechal Cândido Rondon, no último sábado.

REQUERIMENTO N° 1013

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o d. e soberano Plenário, a consagração em Ata de votos de grande louvor ao Governador do Estado Dr. Jaime Lerner, ao Secretário de Segurança Dr. Cândido Martins de Oliveira, ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná Coronel Daniel César Maingüé e ao Delegado-Chefe do Grupo TIGRE, Dr. Artur Braga, como também a todos os policiais envolvidos na brilhante libertação dos reféns alvos de seqüestradores no Município de Marechal Cândido Rondon, no último dia 27.04.95.

Requer outrossim, o envio de correspondência aos homenageados, com inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O sucesso da ação que libertou no dia 29.05.95 os sete reféns em Marechal Cândido Rondon, demonstra, com inteireza, a alta capacidade das polícias civil e militares do Estado do Paraná, que tiveram com extrema competência e frieza, a glória de alcançar o objetivo pretendido, ou seja, a libertação dos reféns e a morte dos facínoras, dando um grande exemplo para todo o País, sendo manchete em todo o mundo.

O drama dos reféns, entre eles crianças e um bebê de apenas nove meses, emocionou não só o nosso Estado como todo Brasil, gerando uma corrente de fé, em que todos, unânimes, se angustiaram, choraram,

oraram pelo desfecho feliz do episódio malfadado. Elementos como aqueles sequestradores, não podem prosperar em nosso Estado, com suas intenções delituosas e a nossa polícia, em dias inspirados, demonstrou que o Paraná, em nenhum momento, se curvará ante às torpes e imundas exigências criminosas, sendo um Estado em que o império da lei, a cada instante se solidifica.

Está de parabéns, portanto, todo o contingente policial paranaense, destacando-se o Secretário de Segurança, Dr. Cândido Martins de Oliveira, que com firmeza e determinação, tão bem conduziu as difíceis negociações, autorizando, com competência, a invasão da casa, o que resultou na libertação dos reféns.

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o Deputado adiante nominado, com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando que aquele órgão informe sobre a existência de recursos objetivando a reforma do trevo no entroncamento da BR 376 e PR 317, na saída para Paranavaí, em Maringá.

Caso a resposta seja afirmativa, solicita-se que informe, também, se há prazo determinado para o início e conclusão das obras.

Trata-se de obra que vem sendo reclamada pela região de Maringá desde longa data, tendo em vista que no mencionado trevo o trânsito de veículos é perigoso, pois absorve significativo fluxo de veículos, e isso implica no sentido de que ocorram aproximadamente cinco acidentes por dia naquele local. Assim, somente com a reforma do traçado daquele trevo é que o problema estará totalmente resolvido.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

Consoante o que dispõe o Regimento Interno no artigo 131 combinado com o artigo 135, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa se foi cumprida, no exercício de 1995, a disposição constante do artigo 234 da Constituição Estadual, cujo inteiro teor segue transcrito:

"Art. 234 - O Estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, em cada um de seus

Poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle."

As citadas informações destinam-se a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1038

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando que este informe os nomes das empresas contratadas pelo Executivo Estadual para veiculação publicitária do Estado do Paraná no VI Seminário Brasil - Alemanha de Cooperação Empresarial, realizado em Hannover/ Alemanha, quanto foi pago a cada uma por esses serviços e se foi realizado processo licitatório para essas contratações.

Caso a resposta seja afirmativa, solicita-se que remeta, também, cópia do processo licitatório.

As informações solicitadas destinam-se a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado - Doutor Jaime Lerner, no sentido de que sejam efetivados procedimentos para a imediata retirada dos elementos da Polícia Militar, que estão sendo utilizados nos serviços de vigilância bancária e em outras unidades da administração pública estadual, na Capital e no interior.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

É notório que o efetivo da Polícia Militar é insuficiente para atender às necessidades do serviço que lhe é afeto. Na maioria das cidades não há força pública à qual possam recorrer às autoridades para reprimir ou impedir os fatos delituosos.

A falta absoluta de polícia explica, até certo ponto, a frequência desses delitos contra a propriedade e a pessoa humana.

Tendo em vista os últimos acontecimentos na Cidade de Marechal Cândido Rondon, quando se fez necessário o deslocamento de policiais militares e civis de outras cidades do Estado, torna-se imperativa a adoção de medidas que possibilitem o aumento efetivo da Polícia Militar.

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando seja determinado à SANE-PAR, urgentes e necessárias medidas para solucionar o problema de poluição do ar na Cidade de Londrina, pelas razões que abaixo expõe:

- a população da região norte de Londrina, mais precisamente da Vila Bom Retiro, Vila Marisa, Vila Casoni e proximidades, padece, e não é de agora, com a grave poluição do ar provocada pela estação de tratamento de esgoto da SANEPAR;

- o assunto tem sido tema de inúmeras matérias de jornais, principalmente da Folha de Londrina, com reclamos de moradores daquela localidade;

- gestões já foram feitas, junto à autoridades municipais e estaduais, em épocas passadas, por lideranças e populares e não lograram sucesso;

- o odor exalado, principalmente nas horas mais quentes e em fins de tarde é tão forte que incomoda, inclusive transeuntes que se deslocam pela BR-369, o que dá para se ter uma idéia da gravidade do problema e do conseqüente mal que o mesmo provoca à saúde dos moradores que dali se avizinham.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Franca - Piraquara, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público na Rua Ebídio Chevede, em frente à Mercearia Franca. Afirmam os moradores das proximidades, que já fizeram o pedido à TELEPAR há uns 2 (dois) anos atrás e que infelizmente não foram atendidos. Esse telefone é extremamente necessário, pois o aparelho mais próximo localiza-se a três quilômetros de distância, dificultando o deslocamento das pessoas, tendo em vista que nem ônibus existe nesse trajeto. Pedem eles que o pedido seja atendido, pois somente trará benefícios a toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Guaraniáçu, Blamir Bortoli, a Rádio Guaraniáçu, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Olmiro Pinheiro dos Santos, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ibema, Aramitan Fortunatto, e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Bonito, Onírio W. Fries, congratulando pela realização em conjunto da Festa do Trabalhador, em Guaraniáçu - PR, no dia 1° de maio.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O dia do Trabalhador foi comemorado no Município de Guaraniáçu, com o apoio das Prefeituras de Diamante do Sul, Ibema, Campo Bonito e Rádio Guaraniáçu com uma grande festa, reunindo a população destes municípios. Foi uma festa bonita, que mostrou a união, a força e a determinação de um povo sério, competente, humano e dedicado, que tem no trabalho, seu modo de sobreviver.

Por isso, nada mais justo que registrar nos anais desta Assembléia, a realização de um evento tão importante, não só para os municípios de Guaraniáçu, Diamante do Sul, Ibema, Campo Bonito, mas sobretudo para o Paraná.

REQUERIMENTO N° 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Pastor Elcy da Costa, da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, parabenizando pela realização da 28ª Festa Kerbfest, município de São João.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Renato Canan, ao Senhor vice-Prefeito e a todos os Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A tradicional Festa Kerbfest, realizada pela Igreja Evangélica Luterana no Brasil, é hoje um grande marco no Município de São João.

Durante três dias, de 28 a 30 de abril de 1995, a 28ª Kerbfest mostrou a força e a determinação de um povo idealista e que tem no trabalho, no auxílio às pessoas carentes, a marca do seu modo de sobreviver.

Parabéns à colônia alemã e a toda população de São João.

REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Ramiro Wahrhaftig, MD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de um microônibus, para ser utilizado no transporte escolar do Município de Pérola.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, MD. Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202 CEP: 87.540-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pérola conta somente com um microônibus para fazer o transporte escolar dos alunos e professores. Esta situação vem se agravando pelo fato de que o veículo encontra-se em péssima condição de uso, o precário estado de conservação põe em risco os passageiros e gera pesadas despesas de manutenção ao município.

REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, visando a urgente implantação de pavimentação asfáltica no Município de Altônia.

O trecho de 16 Km compreendido entre a sede do município e o bairro Yara beneficiará cerca de 530 médias e pequenas propriedades rurais, abrangendo a maior área agrícola daquele município.

Beneficiará ainda 04 portos de areia e uma olaria, podendo vir a fazer do município de Altônia um pólo turístico, além do pólo agrícola que hoje abrange.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente à Câmara Municipal de Maringá, com o fim de colher informações a respeito da situação do Vereador Ricardo Apdo Maia Kotisisas, detalhando se o mesmo está licenciado ou em pleno exercício de sua legislatura, se frequenta normalmente as sessões, e ainda se recebe regularmente seus vencimentos naquela Casa.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, solicitando providências contra atos criminosos que estão sendo praticados no Morro do Pico, localizado no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Patrimônio geológico do Estado, o Morro do Pico localizado no município de Ibaiti está sendo vítima de atos criminosos, conforme reportagem do jornal Tribuna das Colinas. (Reportagem anexa).

REQUERIMENTO N° 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná e à SANEPAR (Saneamento Rural SANEPAR), solicitando informações sobre os poços semi-artesianos rurais. Solicitação esta quanto ao total de poços perfurados; quantos estão em funcionamento e o motivo pelo qual outros não o estão. Quanto à quantidade de recursos gastos e quais os municípios que assinaram o Convênio, no período de 92 a 94.

Outrossim, solicitamos também as informações supracitadas, referente ao Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O serviço que a SANEPAR presta em todo o Estado do Paraná é de suma importância para a população, e sendo assim temos o máximo interesse em conhecer o andamento desses trabalhos, tendo em vista as reivindicações da comunidade da Região Oeste do Paraná..

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, para dar cumprimento à Lei n° 8.358/86, no que diz respeito à construção do canal extravasor.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Campinas - UNICAMP, Doutor José Martins Filho, solicitando que se faça, através do Setor de Medicina Legal daquela Universidade, trabalho de envelhecimento de fisionomia nas fotos das crianças desaparecidas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Brasil já conhece o trabalho maravilhoso que a Universidade Federal de Campinas realiza através do Setor de Medicina Legal, na chefia do Doutor Fortunato Antonio Badam Palhares, no trabalho de envelhecimento de fisionomias em fotografias de pessoas. O nosso requerimento se fundamenta no que esse trabalho de técnica avançada poderá contribuir na procura das crianças desaparecidas no nosso Estado.

Outrossim, na concordância do Magnífico Reitor ao nosso pedido, nos comprometemos no envio das fotografias das crianças desaparecidas no Estado do Paraná para aquela Universidade.

REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito da legalidade da posse do Senhor EDSON REPINOWSKI no cargo de Oficial de Controle.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento está sendo formulado porque o ato de posse pode ter afrontado o disposto no artigo 35, § 2° da Lei n° 6.174/70 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - uma vez que o empossado exerce outra função pública.

REQUERIMENTO N° 1046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando cópias de todos os convênios firmados com a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná e com o Banco do Brasil, feito pelo Programa Governamental de Geração de Emprego e Renda do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Folha de Londrina" do dia 27 de abril do corrente, de autoria do Excelentíssimo Senhor Juiz Titular da 1ª Vara Federal, Doutor Heraldo Garcia Vitta, "A evolução da Justiça Federal em Londrina".

Requer ainda, envio de cópia deste para o Doutor Heraldo Garcia Vitta, Diretor do Foro da Circunscrição de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O artigo do brilhante Diretor do Foro da Circunscrição de Londrina, Juiz Titular da 1ª Vara Federal, Doutor Heraldo Garcia Vitta, faz um relato da evolução da Circunscrição Judiciária de Londrina, que abrange 66 cidades do Paraná, atendendo em duas Varas Federais, dois Cartórios Judiciais e dois Juizes Substitutos.

Em momento oportuno e feliz, o Magistrado lembra da doação de um terreno para a construção do prédio da Justiça Federal em Londrina, com previsão para funcionamento de dez Varas Federais.

O artigo que requeremos a transcrição nos Anais desta Casa, intitulado "A Evolução da Justiça Federal em Londrina", alerta para a necessidade de recursos para a construção do referido prédio e, enquanto isso não acontece, espera o Doutor Vitta e a população das cidades abrangidas, que sejam criadas mais duas Varas Federais.

Merece, portanto, a transcrição, pelo histórico que o tão bem elaborado artigo faz da evolução da Justiça Federal na Região de Londrina.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 16/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de São Pio X, para que a população decida sobre a criação de Município com o mesmo nome, desmembrando-o do Município de Francisco Beltrão, com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo da foz do rio Ligação, no rio Cotegipe, segue o montante do referido rio, confrontando com o Município de Nova Esperança do Sudoeste, até atingir a foz do rio Serrinho; deste, segue a montante e linhas secas até atingir a estrada municipal que liga as comunidades do Km 26 ao Km 32, confrontando com o Município de Nova

Esperança do Sudoeste; deste, segue pelo divisor de águas, até atingir a nascente do rio Pedreira, confrontando com o Município de Enéas Marques; deste, segue a jusante do referido rio, até a sua foz no rio Erval, confrontando com o Município de Francisco Beltrão; deste, segue a jusante do referido rio, até sua foz no rio Santa Rosa, confrontando com o Município de Francisco Beltrão; deste, segue a montante do referido rio, até atingir o calçamento que liga PR-483 à comunidade de Pio X, confrontando com o Município de Francisco Beltrão; deste, segue pelo referido calçamento até atingir a referida PR, confrontando com o Município de Francisco Beltrão; deste, segue pela referida PR, sentido Francisco Beltrão à Ampère, até o trevo com a PR-182, confrontando com o Município de Francisco Beltrão; deste, segue pela PR-182 até atingir o divisor de águas na divisa dos Municípios de Francisco Beltrão e Salgado Filho; deste, segue pelo divisor, até atingir a nascente do rio Ligação, confrontando com os Municípios de Salgado Filho e Ampère; deste, segue a jusante do rio Ligação, até a sua foz no rio Coteigibe, confrontando com o Município de Ampère, ponto inicial da presente descrição.

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano

Partindo da divisa dos lotes 92 e 93, da Gleba 32FD, segue por linhas secas, confrontando com os lotes 92, 90, 94, 96 e 141, todos da Gleba 32FD, até encontrar uma sanga sem nome; deste, segue a jusante da referida sanga, confrontando com o lote 141 da Gleba 32FD, deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 141, da Gleba 32FD, deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 149, até encontrar a estrada que liga Francisco Beltrão à comunidade de São Pio X; deste, segue pela estrada, confrontando com o lote 8 da Gleba 101FB; deste, segue por linhas secas, confrontando com o lote 8 da Gleba 101FB, até encontrar o Lajeado Gazola; deste, segue a montante do referido lajeado, confrontando com os lotes 10 e 54, da Gleba 101FB, deste, segue por linhas secas, confrontando com os lotes 54, 55 e 52, da Gleba 101FB, até encontrar o Lajeado Gazola; deste, segue a montante do referido lajeado, confrontando com o lote 52 da Gleba 101FB, deste, segue por linhas secas, confrontando com os lotes 51, 49, 46 e 42 da Gleba 101FB e lotes 46 e 45 da Gleba 25FB e lote 38 da Gleba 101FB, ponto inicial desta descrição."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

1 - Com o Município de Grandes Rios: Inicia no Rio Ivaí, na divisa entre a 8ª e a 5ª seção, segue por esta divisa na direção geral nordeste até encontrar a estrada Espigão Mestre no divisor de águas entre os rios Ivaí e rio Branco, segue por esta estrada até encontrar a Água Bolha Fria, desce por esta até sua foz no rio Branco, desce por este até a foz da Água São João Batista, sobe por esta até encontrar a estrada que segue em direção a Serra da Caneleira, segue por esta estrada até encontrar o ribeirão das Antas.

2 - Com o Município de Rosário do Ivaí: Inicia no encontro de uma estrada que segue em direção a Serra da Caneleira com o ribeirão das Antas, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela cumiada da Serra dos Porongos até encontrar a estrada Primavera-Grandes Rios, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a estrada Primavera-Boa Vista, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a estrada Grandes Rios-Reserva, segue por esta em direção a Grandes Rios até encontrar o rio Branco, sobe por este até encontrar a foz do córrego Gamelão, sobe por este até encontrar a linha de divisa do Município de Cândido de Abreu.

3 - Com o Município de Cândido de Abreu: Inicia no córrego Gamelão no encontro da linha de divisa do Município de Cândido de Abreu, segue por esta na direção geral noroeste até encontrar uma estrada no divisor de águas entre o córrego Gamelão e o rio Jacutinga, segue por esta estrada na direção geral sudoeste até encontrar o arroio do meio, desce por este até encontrar a estrada Herval-Ferreiras, segue por esta direção geral noroeste até encontrar o rio Jacutinga, desce por este até sua foz no rio Ivaí.

4 - Com o Município de Ivaiporã: Inicia na foz do rio Tigre no rio Ivaí, desce por este até encontrar a divisa entre a 8ª e 5ª Seção.

PERÍMETRO URBANO DA SEDE DE RIO BRANCO DO IVAÍ

Ponto Inicial e Final da Descrição: Cruzamento da Rua nº 02 com a Rua nº 06.

Descrição do Perímetro: Cruzamento da Rua

nº 02 com a Rua nº 06 até a Rua nº 07 -
Rua nº 07 até a Rua nº 09 - Rua nº 09 até
a Rua nº 10 - Rua nº 10 até a Rua nº 18 -
Rua nº 18 até a Rua nº 19 - Rua nº 19 até
a Rua nº 21 - Rua nº 21 até a Rua nº 01 -
Rua nº 01 até a esquina com a Rua nº 06.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(aa) EDSON SILVA LINO

ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 145/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 9342,
de 19 de julho de 1990, que criava o Muni-
cípio de Pontal do Paraná, a ser desmem-
brado do Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.342, de 19 de julho de
1990, criava o município de Pontal do Pa-
raná, em área a ser desmembrada do municí-
pio de Paranaguá. Esta lei, outrossim,
vinculava, nos termos da Lei Complementar
nº 56/91, do art. 73 da Constituição do
Estado do Paraná e conforme os termos do
Regimento Interno da Assembléia Legisla-
tiva do Estado do Paraná (arts. 236, 237 e
238), a produção de seus efeitos a poste-
rior aprovação de resolução autorizatória
da realização do plebiscito e, em última
análise, dos resultados deste.

Nesta breve exposição já é possível
localizar um primeiro fundamento do pre-
sente Projeto de Lei; nos termos do inc.
II do art. 236 do Regimento Interno desta
eegréia Casa de Leis, é necessária consul-
ta prévia, mediante plebiscito, à popula-
ção da área que se pretende desmembrar e,
nos termos do inc. II deste mesmo artigo,
somente depois de atendida este essencial
requisito é que se faria necessária a efe-
tivação do novo município por via de Lei
Estadual. Neste sentido, o processo de
criação do município de Pontal do Paraná
teve distorcido seu procedimento legisla-
tivo regular. Tal fato, por si só, já fun-
damentaria com proficiência o presente
Projeto de lei revogatório.

Mas ainda atua como fundamento do pre-
sente Projeto de Lei a modificação políti-
ca ocorrida no município de Paranaguá, e
que inviabiliza "in totum" a possibilidade
da Lei nº 9342 vir a produzir efeitos:
resgatando até a própria história daquele
município. A Câmara Municipal de Paranaguá
recolocou no Palácio do Pontal localizado

no perímetro urbano do município que se
pretende criar, a sede do município de Pa-
ranaguá. Neste sentido, é inviável desmem-
brar-se, para criar novo município, a pró-
pria sede do município de Paranaguá. Pelo
exposto, a Lei nº 9342/90 perde, de forma
absoluta e irremediável, sua razão princi-
pal de validade; torna-se, assim, in-
constitucional, sendo inviável a sua vi-
gência.

Não bastassem os fatos acima relata-
dos, quando da revogação da Resolução nº
051/90 (que autorizava a realização do
plebiscito na área que a Lei nº 9342 pre-
via para o Município de Pontal do Paraná)
através da Resolução nº 018/91, de autoria
do Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury, atual
Presidente da Casa, alguns argumentos co-
locados na justificativa daquele servem,
"ipso facto", como fulminante fundamento
para o presente Projeto de Lei, conforme a
seguir transcrevemos:

"O presente Projeto de Resolução tor-
na-se necessário, incontestável que é o
fato da inviabilidade da criação do Muni-
cípio de Pontal do Paraná, já que esse fu-
turo município não possui infra-estrutura
para arcar com o ônus desta criação. Tal
fato decorre, simplesmente, de apenas em
época de alta temporada há entrada de re-
cursos monetários, através de fluências de
veranistas, do comércio e demais ativida-
des lucrativas. Contudo, não se pode criar
um município embasando-se apenas e tão so-
mente no fato de que, num curto prazo de
tempo, existe injeção de recursos. Um mu-
nicípio precisa de constantes meios de ar-
recadação financeira para cumprir seus de-
veres com os seus munícipes e suas obri-
gações com o Estado. É preciso que se crie
municípios fortes e não capengas, incapa-
zes de proporcionar progresso, desenvol-
vimento e bem-estar àqueles habitantes que
configuram a sua comunidade."

PROJETO DE LEI Nº 146/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo auto-
rizado a criar o Colégio Agrônomo Esta-
dual "Domingos Forte" a ser instalado na
sede do Município de União da Vitória e
que deverá funcionar nos moldes dos demais
Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2º - A direção do Colégio e a
Secretaria de Estado a que pertencer, em
convênio com a Secretaria de Estado do
Meio Ambiente, firmarão contrato de COMO-
DATO em áreas de terras estaduais, dispo-
níveis nos Municípios da região para ali
realizar as aulas práticas e experimen-
tais.

Parágrafo Único - Fica também autori-

zado a colher outros cursos e disciplinas para o aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete à douta consideração desta Casa de Leis, e que tem por objeto a autorização para a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" a ser instalado no Município de União da Vitória, fundamenta-se essencialmente nas aspirações de há muito pela comunidade e pelas lideranças regionais, com vistas a oferecer à região a melhor qualidade de ensino aos jovens que terão oportunidade de permanecerem entre os seus e, que num futuro muito próximo tenham chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculadas a agropecuária.

Considerando tais aspectos e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de investir no homem do campo e no crescimento da região estimulando os sentimentos de solidariedade com população trabalhadora, pois trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá oportunidade para os jovens de toda a vasta região de União da Vitória.

O grande desenvolvimento econômico-social da região determina um tratamento todo especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido à moderna tecnologia.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social, e que por vários motivos devemos aplicar os mais elementares preceitos de amor e fraternidade, resgatando uma antiga reivindicação da população da região.

A criação do Celégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" que, com o seu nome estaremos homenageando o saudoso, boníssimo chefe de família, grande empresário, Diretor de uma das maiores empresas do ramo da agroindústria do Sul do País, falecido em 21 de abril de 1992, Domingos Forte plantou em todos os cantos do sul paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã, respeitado pela sua visão e pelo arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, participou sempre de todos os movimentos sociais e filantrópicos onde foi convocado em favor da causa paranaense.

Foi um símbolo de cidadão, empreendedor e participativo, paradigma dos nossos homens de negócios e paladino das grandes causas.

Com a aprovação deste projeto de lei pelos nobres Pares desta Casa de Leis, homenagearemos o líder ausente, o timoneiro, e que seu exemplo seja a inspiração a todos os jovens que frequentarão o futuro colégio, cuja aprovação pelo Legislativo paranaense será banhar com a luz da esperança a face de toda a população daquela região.

PROJETO DE LEI Nº 147/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas prerrogativas constitucionais e de conformidade com o Regimento Interno, apresenta para discussão a seguinte proposta:

"Institui o Abono-Transporte aos professores da rede estadual de ensino, nas condições que especifica, e dá outras providências."

Art. 1º - Fica instituído o Abono-Transporte, na ordem de 10% (dez por cento), sobre a remuneração básica, para os professores da rede estadual de ensino do primeiro e segundo graus.

Art. 2º - Ter direito ao Abono-Transporte todos aqueles que comprovadamente fizeram a demonstração mensal dos gastos com o transporte destinado a locomoção da casa para o trabalho e o seu retorno.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação realizará o controle de todas as situações individualmente e indicará até o décimo dia que antecede o pagamento dos servidores aqueles professores que tenham direito ao benefício.

Art. 4º - A Abono-Transporte não terá caráter remuneratório, não incorporando ao salário para qualquer efeito.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

É chegada a hora de tratar os servidores públicos com as mesmas condições oferecidas aos demais trabalhadores do país. Rompendo-se com a visão atrasada de que os servidores não são produtores.

Guardadas as proporções e as particularidades, são trabalhadores e como tais devem ser tratados. Com isso tendo acesso

aos mesmos benefícios.

A concessão do Abono-Transporte passa a funcionar como Vale-Transporte oferecido aos demais trabalhadores brasileiros. Nada mais justo, em particular em razão da atual situação pela qual passa o país e os atuais níveis salariais dos professores.

Pode até parecer que não, mas há muito professores se preocupam com parcela significativa dos seus salários que é destinada ao pagamento do transporte da casa para o trabalho e o retorno deste para a casa. Conceder 10% por cento sobre a remuneração básica dos professores, a título de Abono-Transporte, desde que devidamente comprovada esta necessidade, nada mais do que fazer justiça. Visto que não é concebível que os professores, hoje já tão sacrificados, venham tirar dos seus salários os gastos para o transporte em direção ao trabalho. Mesmo porque os seus salários são para fazer frente ao esforço de educar e não pagar despesas de transporte.

Entendemos que o Governo do Estado deve isso aos seus professores. Adotando-se a medida mais em razão dos baixos níveis de remuneração.

Pelo que, esperamos contar com o elevado entendimento dos Senhores Deputados para que possamos oferecer aos nossos professores mais um estímulo para que continuem, pela boa educação, a educar nossos filhos e os filhos dos nossos filhos.

PROJETO DE LEI N° 148/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas prerrogativas Constitucionais e de conformidade com o Regimento Interno, submete avaliação deste Plenário, à seguinte proposição:

"Torna obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino".

Art. 1° - Todos os alunos que ingressem na rede pública de ensino, do primeiro e segundo graus, deverão ser submetidos a exame de visão e audição.

Art. 2° - Os exames serão obrigatórios para admissão de alunos na rede pública estadual e serão realizados até o décimo dia do ano letivo sob a responsabilidade da Secretaria do Estado da Saúde.

Art. 3° - Os resultados serão entregues aos pais para que observem o tratamento recomendado na correção das anomalias existentes.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

Se tal comportamento já fosse seguido por parte de nossas escolas públicas, desnecessário seria tornar por lei obrigatório o exame de visão e audição para o ingresso na rede pública de educação.

Há muito, tais exames eram feitos como atitude costumeira nas escolas públicas visando, sobretudo, prevenir as dificuldades de aproveitamento dos alunos por anomalias, muitas vezes, independente da vontade do próprio aluno, desconhecer desta anormalidade.

Feito o exame, as anomalias de visão ou audição são facilmente resolvidas pelo tratamento médico ou mesmo pelo acompanhamento mais pessoal do próprio professor em sala de aula.

O que não se admite que os nossos alunos ingressem nos bancos escolares sem esses prévios exames. Seria uma falta de consideração para com as nossas crianças que, na maioria dos casos, não chegam às nossas escolas com o prévio exame de visão e audição.

Proposta simples, porém que pode contribuir de maneira significativa para corrigir distorções de aproveitamento escolar, resultantes de deficiências de visão ou audição.

Por essas razões, que se impõe a vontade deste Parlamento para corrigir um comportamento que, após adotado, será incorporado ao modo de viver de nossas escolas.

Muito importante aprovação deste Projeto de Lei por esta Casa Legislativa e que irá trazer uma grande contribuição, melhoria do aproveitamento do ensino em nossas escolas. Além de ser uma atitude de caráter preventivo que não irá sobrecarregar o orçamento do nosso Estado.

As despesas decorrentes são insignificantes e possivelmente suportadas dentro dos próprios programas já existentes na Secretaria de Estado da Saúde.

PROJETO DE LEI N° 149/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Lei n° 9.299/90, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado, com território desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

a) Com o Município de Marechal Cândido Rondon: Inicia no rio Paraná, na foz do

rio Branco, subindo por este até encontrar a foz da Sanga Carancham; sobe por esta até sua cabeceira, seguindo deste ponto pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47 e 46 inclusive, e lotes 51 e 54 (exclusive) do 22º perímetro da Fazenda Britânia, até alcançar a cabeceira da Sanga Biviva, descendo por esta até sua foz no arroio Fundo; desce por este até a ponte na Estrada Pato Bragado/Marechal Cândido Rondon, seguindo por esta estrada na direção geral leste, divisando o lote 02, exclusive, com os lotes 80 e 81 inclusive, até a linha da divisa do lote 81 (inclusive), seguindo deste ponto na direção geral sul pela divisa dos lotes, 81, 82 e 83 inclusive, com os lotes 88 e 86 (exclusive), alcançando a divisa do lote 86 com o lote 22 (inclusive); deste ponto, segue na direção geral leste, até encontrar a divisa entre os lotes 19 (exclusive) e 20 (inclusive), todos do 37º perímetro da Fazenda Britânia, segue pela divisa destes lotes na direção geral sul até encontrar o rio Marreco, descendo por este até sua foz no rio São Francisco.

b) Com o Município de Entre Rios do Oeste: Inicia na foz do rio Marreco no rio São Francisco, descendo por este até sua foz no rio Paraná

c) Com a República do Paraguai: Inicia na foz do rio São Francisco no rio Paraná, subindo por este até a foz do rio Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

As presentes alterações na lei nº 9.299 de 18 de junho de 1990 visam corrigir alguns erros no estabelecimento das divisas do Município de Pato Bragado, principalmente no que diz respeito aos lotes 19 e 20 referidos, que geram várias dúvidas com a redação original.

Com as referidas alterações, serão sanadas todas as dúvidas referentes aos limites do município supracitado.

PROJETO DE LEI Nº 150/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de setembro de 1979, com sede e foro nesta Capital, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Alto é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação tem como finalidade precípua congregar os moradores e amigos do referido bairro, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus interesses e direitos, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 3º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem exercido a representação dos moradores do Bairro Alto, nesta Capital, sendo responsável por importantes conquistas para aquela região.

PROJETO DE LEI Nº 151/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social de Atendimento Urgente ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 06 de agosto de 1971, com sede e foro no Município de Paranaguá, o Centro de Atendimento Urgente ao Trabalhador é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados de Títulos e Documentos da Cidade de Paranaguá, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A sociedade civil tem como finalidade precípua prestar assistência social nos casos de emergência aos seus associados, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reco-

nhecimento, decorrente da seriedade com que tem realizado atividades visando a consecução dos objetivos estatutários, sendo responsável por importantes conquistas para o segmento a que se dirige.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 144/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 5°, parágrafo único, da Lei Complementar n° 10, de 29 de dezembro de 1980, passa a ter a seguinte redação: - "As demais categorias de funcionários civis que, na data da aposentadoria estejam percebendo, por período superior a 1 (um) ano, a vantagem prevista no artigo 172, incisos V e X, da Lei n° 6.174/70, terão esse benefício incorporado a seus proventos de inatividade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Solicito o apoio dos nobres colegas no sentido da aprovação desta proposição, que objetiva fazer justiça para com aqueles cidadãos que, diariamente, expõem suas vidas para salvar as nossas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Sr. Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesse momento damos entrada em dois Projetos de Lei. Sugestões colhidas da população, da comunidade e de entidades organizadas. (Lê):

"PROJETO DE LEI N° 148/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas prerrogativas Constitucionais e de conformidade com o Regimento Interno, submete avaliação deste Plenário, à seguinte proposição:

"Torna obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino".

Art. 1° - Todos os alunos que ingressam na rede pública de ensino, do primeiro e segundo graus, deverão ser submetidos a exame de visão e audição.

Art. 2° - Os exames serão obrigatórios

para admissão de alunos na rede pública estadual e serão realizados até o décimo dia do ano letivo sob a responsabilidade da Secretaria do Estado da Saúde.

Art. 3° - Os resultados serão entregues aos pais para que observem o tratamento recomendado na correção das anomalias existentes.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.95

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual"

Projeto interessante, foi polêmico, mas voltamos a repetir, temos recebido, todos os dias no Gabinete, no rádio, na televisão, famílias com problemas com as crianças, com deficiência de visão ou de audição, que não têm na escola um correto e efetivo desempenho, em especial na escola pública onde estuda a grande maioria de pessoas e também de famílias carentes.

Outro Projeto também de autoria desse Deputado institui o abono transporte...

(Lê):

"PROJETO DE LEI N° 147/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas prerrogativas constitucionais e de conformidade com o Regimento Interno, apresenta para discussão a seguinte proposta:

"Institui o Abono-Transporte aos professores da rede estadual de ensino, nas condições que especifica, e dá outras providências."

Art. 1° - Fica instituído o Abono-Transporte, na ordem de 10% (dez por cento), sobre a remuneração básica, para os professores da rede estadual de ensino do primeiro e segundo graus.

Art. 2° - Ter direito ao Abono-Transporte todos aqueles que comprovadamente fizerem a demonstração mensal dos gastos com o transporte destinado a locomoção da casa para o trabalho e o seu retorno.

Art. 3° - A Secretaria de Estado da Educação realizará o controle de todas as situações individualmente e indicará até o décimo dia que antecede o pagamento dos servidores aqueles professores que tenham direito ao benefício.

Art. 4° - A Abono-Transporte não terá caráter remuneratório, não incorporando ao salário para qualquer efeito.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.95

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual"

É um Projeto interessante, visto que em Curitiba, praticamente toda a rede pública já se utiliza desse privilégio que os demais trabalhadores, ou a grande maioria utiliza, no Brasil.

São dois projetos, duas idéias que nasceram da discussão com a população, com entidades devidamente organizadas.

Idéias do povo que nós, como Deputado, legitimamente representantes do povo do Paraná, estamos adentrando legalmente na Mesa da Assembléia Legislativa, para que venha a discussão com os Srs. Deputados, trazendo sugestões, Emendas, para que, na verdade, estes Projetos tenham um efeito de aplicação rápido e uma grande eficácia ao povo do Paraná.

Também, neste momento, gostaria de fazer algumas colocações, com relação a Cândido Rondon, terra do meu amigo Élio Rusch, que viveu uma semana, na mídia até internacional, infelizmente negativamente, porque a cidade foi sacudida, atemorizada, por 3 marginais. Mas graças a Deus, ainda hoje, numa ligação que fiz ao Secretário de Estado, Cândido Martins de Oliveira, numa atitude corajosa e de muita luz, de muita sorte, num entreveio com os marginais, Graças a Deus apesar dos ferimentos que algumas pessoas receberam, mas o feito da Polícia do Paraná foi muito grande, e com certeza o que eu falei hoje ao Cândido Martins de Oliveira, ele é um homem de luz, um homem iluminado, que no comando da Polícia do Paraná obteve o grande êxito lá em Rondon.

Graças a Deus as pessoas de bem passam bem. Ainda hoje comentávamos na televisão que, mesmo a Polícia do Paraná vivendo um estado de miséria praticamente, ganhando salário de fome, trabalha. A Polícia do Paraná apesar da deficiência de remuneração, de condições de trabalho, em especial a Polícia Civil do Paraná com as delegacias com comidas podres, sem condições de locomoção até, mas com o espírito paranista, brasileiro de coração, enfrentaram a parada e graças a Deus o Paraná ganhou.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos a palavra do próximo Orador inscrito, registramos com satisfação a presença no nosso meio do ilustre Diretor da CODAPAR, Dr. Paulo Braguino.

Com a palavra o ilustre Deputado Nelson Garcia.

Declinado.

Com a palavra o ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos na última quarta-feira representando os ilustres Deputados em defesa do nosso trabalhador lá no Município de Campo Mourão, aonde nós tivemos mais de 600 famílias lesadas pela CEF, e pudemos observar uma coisa, é de assustar, é de entristecer o que acontece nesse sistema financeiro. Casas de 27m², se você der um murro a mão passa para o outro lado. Material de 3.^a, 4.^a e 5.^a categoria. E o pior de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o programa que é de um a três salários mínimos nós vimos nesse mês de abril a parcela de R\$ 64,00, compreendendo 9,62 ainda de seguro desta casa.

Isto é um absurdo meus amigos, são coisas que acontece nesse País e nós somos obrigados a defender, e lá nesta reunião da casa da cultura esteve presente o Presidente da FAMOPAR e diversas associações de moradores e representantes, e lá nós nos colocamos à disposição para junto com aqueles mutuários resolvermos o problema na Caixa Econômica do Governo Federal. Temos observado em tantas casas que foram construídas, e nós em Luiziania quando fomos prefeitos fizemos casas de 34m², e que hoje o cidadão está pagando sete reais, fizemos casas de 50m², de 48, 46, prestações que variam de 7, 8, 10 e a última agora que concluímos, que o prefeito de Luiziânia conseguiu, e no qual quero dizer aqui, hoje, conseguiu essas Casas quando fui prefeito na época do Secretário Romanelli. Acabamos inaugurando, agora, essas casas. Casas da diferença da noite para o dia com essas casas de 27 metros. No qual outro dia já disse: essas casas de 27 metros o governo tem que dar de graça. As fechaduras todas quebradas, material de quinta categoria, banheiros todos estragados, chovendo dentro de casa.

Nobres-Deputados, são coisas que neste país acontecem e que, realmente, não pode acontecer. Será que não têm coração? Será que não têm o senso de humor? Cadê a fraternidade, cadê a justiça social? Aonde estão as responsabilidades daqueles que roubaram dinheiro do Orçamento e que nós, vimos, nenhum foi para a cadeia. Foram cassados pelo Congresso Nacional. Roubaram dinheiro do povo e hoje, esse trabalhador tem que pagar a safadeza que aconteceu neste país.

E não podemos admitir isso. Trabalhador, dos quais, 30% que adquiriram aquela casa, nem emprego não tem. Nenhum lugar para trabalhar e ainda ontem se comemorou

o dia 1º, Dia do Trabalhador. Quero ver o dia que, realmente, vamos comemorar o Dia do Trabalhador. Porque não é Dia do Trabalhador não! Nós vemos, hoje, o trabalhador deste país, mais de 40 milhões desempregados. Um país que vemos 10 milhões de trabalhadores sofrendo da dengue; 23 milhões passando fome. Não se comemora o Dia do Trabalho neste país com tantas injustiças! Se comemora o Dia do Trabalhador e o trabalhador é um cidadão feliz, alegre contente o dia que ele tiver um emprego.

E neste país parece que aqueles que mandam, com a economia que estamos enfrentado do Plano Cruzado, não temos trabalho, não temos incentivo à industrialização e à nossa agricultura que são os dois fatores mais importantes: que geram riqueza, distribuição de renda é que teremos um país melhor.

Para concluir, Presidente. Esperamos que o bom senso prevaleça na política brasileira. O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, os nossos ministros e o nosso Presidente da República. Porque esse país, este Estado quer trabalhar. O nosso trabalhador quer ajudar a construir este Estado. Trabalhando com geração de riquezas para que tenhamos mais saúde e segurança, para que não tenhamos tanta miséria, fome e desemprego neste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.
Passamos ao Grande Expediente.
Com a palavra o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 18 de abril usávamos esta tribuna e lamentávamos um assalto seguido de seqüestro, também, na localidade de Arroio Iguacu no Município de Mercedes que faz parte da grande Marechal Cândido Rondon.

No dia 24, segunda-feira passada, por volta das quinze horas e trinta minutos, pedíamos a palavra pela ordem, e anunciávamos aqui na Assembléia o seqüestro de um empresário na Cidade de Marechal Cândido Rondon, que tratava-se de Roni Martin. No mesmo dia nos dirigimos à Secretaria de Segurança, conversamos com o Governador do Estado, Jaime Lerner desse seqüestro que estava acontecendo com um empresário na Cidade de Marechal Cândido Rondon, que envolvia sete reféns.

Para que os Senhores Deputados e a imprensa aqui presente e o Senhor Presidente possam ter uma noção daquilo que aconteceu na última semana na Cidade de Marechal Cândido Rondon que tem trazido a intranquilidade sobre toda a comunidade e acima de tudo das quatro famílias que mantinham

no interior da residência, pessoas ligadas a elas como reféns. Quatro horas da manhã, uma segunda-feira, o empresário Roni Martin é acordado com três marginais na cabeceira da sua cama a apontando a arma. Pediam os marginais algo em torno de 500 mil reais. O empresário Roni Martin dizia que esta soma ele não teria e começou a negociação. Chegaram a algo em torno de 100 mil reais. Aliás, esse valor é até contestado e ninguém sabe a realidade, como o próprio empresário não quer mais falar sobre o valor e daquilo que os seqüestradores pediram. Disse o Roni Martin para os seqüestradores ou para os assaltantes que não tinha este dinheiro, que ele dispunha um pouco no cofre de sua empresa que é a Reuter Turismo e Câmbio. Disse o empresário para os marginais que além da chave que ele possuía, fazia-se necessário a chave que estava em poder do seu tesoureiro, o Elton Kraemer, que residia também na cidade.

Dois seqüestradores permaneceram na residência do Roni, junto com sua esposa e com a filha de apenas nove meses de idade. Um seqüestrador acompanhou o Roni, Deputado Alborghetti, foi até a casa do Elton Kraemer. Quando o Elton se acordou os revólveres também foram apontados para ele, como também para sua esposa e disse que veio buscar a chave para abrir o cofre. Renderam a sua esposa, a Ursula, e as duas crianças, os gêmeos, e levaram todos eles para a casa do empresário Roni. Os três seqüestradores permaneceram na casa e deram a seguinte mensagem: Você tem um dia, dois dias para voltar, o tempo que for necessário, que você achar, mas não volte sem dinheiro, não avise a polícia, porque se a polícia aqui chegar vamos começar a executar um dos reféns. O Roni foi na sua empresa e tinha um volume de dinheiro. Foi a primeira instituição bancária, pediu uma soma elevada, o Banco não dispunha desse dinheiro e disse o Gerente: "Por que tanto dinheiro?" O Roni respondeu: "Eu preciso desse dinheiro para acertar uns negócios da minha empresa." E esse Gerente do Banco entrou em contato com as outras instituições bancárias que juntaram uma soma relativamente elevada para que o Roni pudesse juntar o dinheiro.

Mas o dinheiro ainda não era o suficiente. O Roni foi numa segunda instituição bancária e quando conversou com o Gerente, este perguntou-lhe: "Roni, alguma coisa está errada. Você já esteve num banco e já mandei o dinheiro do meu Banco para o Banco onde você estava e você vem pedir mais dinheiro?" E até hoje não queremos saber também quem avisou a polícia. O Roni sai desse Banco e volta para sua empresa. Quando chega na sua empresa vem toda a polícia de armas em punho e di-

zem para o empresário: "Você está sendo assaltado, o que você quer com o dinheiro?" "Absolutamente nada", diz o Roni, "eu preciso desse dinheiro para os meus negócios." E naquele meio um policial foi até a casa do Roni, paisano, civil, tocou o interfone e perguntou: "É aqui que mora o Roni?" E sua esposa dizia sim. "O Roni se encontra?" "Não." "Onde está o Roni?" "Ele foi fazer uns negócios." Isso era por volta das 11:00 horas da manhã. Aí se descobriu que se tratava de um assalto, toda a polícia de Marechal Cândido Rondon corria à casa do empresário Roni, e quando a polícia cercava a casa, pelo lado de dentro da casa os marginais diziam: "Saíam daqui porque isso aqui é um assalto, e se vocês não saírem daqui nós vamos executar os reféns." E nesse meio tempo começou a se mobilizar todo o esquema da segurança da nossa região.

Por volta das 13:00 horas fomos comunicados, imediatamente o Secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, o popular Candinho, determinou ao grupo TIGRE, ao COE, e toda a sua equipe, o deslocamento imediato para a Cidade de Marechal Cândido Rondon. E começou uma verdadeira negociação. Mas desde o começo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os assaltantes não cediam em nada, queriam o dinheiro, queriam carroforte, queriam comida, queriam armamento, e levar os sete reféns. Não havia forma de encontrar uma negociação, passava terça-feira, era segundo dia do seqüestro, quarta-feira o nosso Secretário de Segurança se dirigia à Cidade de Marechal Cândido Rondon, comandava ele pessoalmente as negociações. Corta-se a linha telefônica da residência do Roni com a TELEPAR, e instala-se um telefone linha direta.

Com o QG que foi montado na casa do Antonio Winter, que diga-se de passagem, tem que ser enaltecido a grandeza e a coragem que esse próprio empresário também teve, saiu da sua casa, colocou a sua esposa para morar com a sua mãe, os filhos morando também com a sua mãe; e o Antonio Winter foi morar no hotel. E a casa aonde mora o Antonio Winter foi transformada no QG da polícia. A vizinhança, todos saíram das suas casas, todos foram solidários. A Polícia Militar e a Polícia Civil conseguiram invadir a privacidade da própria família que foi colocada à disposição da polícia.

Isso é momento de solidariedade, não só dessas famílias, mas do Paraná e do Brasil inteiro. Mas o que é mais triste Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que quando os seqüestradores estavam no interior da casa e não queriam libertar as crianças, uma criança de nove meses, duas crianças de sete anos, casal de gêmeos.

Chegou a Promotora, chegou o Juiz, chegou um padre, se ofereceram de refém em troca das crianças, mas nada foi aceito.

E agora, temos que lembrar Srs. Deputados e Sr. Presidente o trabalho sério, uma atenção toda especial do Dr. Roberto, o médico da família, ele que serviu de comunicador entre o Candinho e os reféns e também os marginais. Mas o médico não tinha condições de transmitir qualquer mensagem sequer para os reféns porque os marginais os vigiavam e estavam junto com ele. E na quinta-feira é quando o médico entrou na casa e disse para a dona Leina: "Leina, vocês estão sem receber o sol, vocês estão num ambiente muito abafado, essa tua roupa escura, essa ainda te cansa mais, ponha roupa clara em você." E foi o momento em que a Leina, que é formada em curso superior, que é fisioterapeuta, entendeu a mensagem do médico e a tarde, todos os reféns já estavam com roupa clara. Isso facilitou a ação da polícia.

Agora vem o grande drama para a mãe de um dos gêmeos, da D. Ursula, quando um dos seqüestradores dizia para a Ursula: - "Só vou libertar uma das crianças, em troca da promotora ou do juiz, eu liberto uma criança, e você escolhe qual o filho que você quer que permaneça aqui no cativeiro e qual o que sai." São bandidos da mais alta qualificação da criminalidade existente hoje, porque já praticaram estes 3 marginais 7 assaltos e seqüestros, este seria o oitavo assalto e seqüestro que estavam praticando. São fugitivos da penitenciária!

Alborphetti, na semana passada, V.Exa. daquela Tribuna, dizia, na terça-feira, da forma como estavam sendo tratados, hoje, os criminosos, os marginais em nosso País. E falávamos, naquele momento que quando alguém é preso, principalmente por crimes hediondos ainda existem pessoas que falam de direitos humanos! Mas contestávamos, como contestamos hoje ainda, direitos humanos para bandidos que praticam crimes hediondos não deve existir! Falávamos e voltamos a repetir: - que direitos humanos para um marginal que quer estuprar uma criança de 7, 8 anos? Que direitos humanos para um marginal, como em Cândido Rondon, quando a mãe, a Leina se jogava em cima da sua filha de 9 meses, puxavam o revólver e atiravam na criança? São estes os direitos humanos? Não é isso que queremos! Queremos justiça!

E estou aliviado, neste momento, porque acabei de falar com o irmão da Leina, o Marcos, na Policlínica de Cascavel, e dizia ele: - "A Leina está ótima, a recuperação é fantástica, nenhum momento subiu a temperatura, a pressão é normal."

Imaginem os Srs. Deputados o trabalho que a polícia teve, o trabalho que foi co-

mandado pelo Candinho, junto com as suas equipes especiais, o Grupo TIGRE, o COE e o COPE, eram 7 reféns, num quarto, 3 assaltantes, e não foi vitimado nenhum refém, estão os 7 com vida! Nenhum policial se feriu, apenas os 3 marginais tombaram, isso tem que ser enaltecido!

Obrigado Governador Jaime Lerner, obrigado Candinho, obrigado Mainguê, obrigado ao Grupo TIGRE, ao Artur, ao Gilmar, enfim ao Tenente-Coronel Irani, que é o chefe do COE!

No Rio de Janeiro seriam pichados os muros, quando matam alguém, são hasteadas bandeiras sob o controle do CV, comando vermelho. Mas, felizmente, em Marechal Cândido Rondon, após a operação foi pichada a casa e a janela do Roni Martin, não pelo comando vermelho, mas foi pichado com os nomes TIGRE, COE e COPE. Isso tem que ser enaltecido! É isso que a polícia precisa, como é comovente isso! E assistimos na televisão ainda, no sábado à noite, quando o Governador do Estado do Paraná, quando os familiares dos policiais, estavam no Aeroporto do Bacacheri recepcionando o Comando do TIGRE, do COE e do COPE e o nosso Secretário de Segurança quando tinha uma faixa que uma criança segurava onde estava escrito: "Pai, você é o nosso herói". Porque o policial que recebe 300 reais, um pouco mais ou até menos, ele entrou na casa com vida, mas não sabia se sairia vivo ou não.

Devemos enaltecer sim a ação rápida e fulminante desse grupo de polícia, para que os Srs. possam ter uma idéia, três minutos e meio toda operação, no momento que foram ligadas as sirenes, mas quando invadiram a primeira porta, quando invadiram a casa, a quebraram a porta da frente, e o vidro e até que passaram a sala, a copa, e entraram no corredor, arrombaram a segunda porta no quarto, mataram os marginais, resgataram os reféns e levaram para fora os bandidos, isso demorou apenas 38 segundos. Apenas 38 segundos, isso tem que ser enaltecido, não podemos esquecer isso. Agora, perguntamos: até quando isso vai continuar, quando é que vai parar com isso, será que os marginais encontram essa facilidade porque a própria lei protege muitas vezes? Será que não está na hora dos juristas fazerem uma revisão em toda a nossa legislação, no Código Penal, não somos formados em direito, somos leigos mas temos a escola da vida, temos no nosso sangue o amor, a caridade, a esperança. É isso que nos assola.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Élio Rusch, gostaria de mesomar às suas palavras, e principalmente vi aqui na semana

passada, o Deputado Alborghetti falar sobre pena de morte, vi que lhe deram vários cacetes aqui por tabela, mas acompanhando o drama de Mal. Cândido Rondon que acompanhamos pelos rádios, e desde os primeiros dias até o momento da ação, percebemos que realmente é preciso valorizar essa nossa Polícia Militar do Paraná, essa nossa Polícia Civil do Paraná, esses grupos especializados criados aqui no Paraná, e que nos deixou orgulhosos quando acompanhávamos pela imagem da televisão quando eles saíram da casa levantando a mão direita de sinal de positivo que haviam conseguido alcançar o seu objetivo.

Mas fiquei mais contente ainda, Deputado Élio, quando vimos a morte dos elementos, confesso que ficamos bastante contente porque acompanhávamos o sofrimento, acompanhamos em cadeia com a Rádio de Mal. Cândido Rondon, Rádio Educadora, víamos o drama que aquelas famílias estavam sentindo. E quando tombaram os elementos é nesse momento que gostaria de perguntar onde estão os direitos que defendem os direitos humanos, que aí vão dizer que ladrão, marginal que comete um crime bárbaro como este, que aprisiona lá crianças, onde está esse pessoal, na hora do pega, na hora da confusão, na hora que está toda uma cidade, o Paraná, o País todo, torcendo para que termine o seqüestro.

E gostaria de cumprimentar aqui a firme posição do Governador do Estado que deu a palavra, juntamente com o Secretário Candinho, arriscando até em determinados momentos a ação rápida da polícia. Então quero cumprimentar o Secretário Candinho pela ação e organização que foi feita pelos policiais, foi espetacular, uma coisa de cinema, uma coisa linda. Gostaria de me somar ao seu pronunciamento e dizer que quero também cumprimentar o Secretário Candinho e o Governador do Estado que também deu a palavra para que vissemos aqui as crianças, as filhas dos policiais contentes e chamando seus pais de heróis.

Parabéns, Deputado!

O Sr. César Selene: - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Élio Rusch, o PPR se soma com V.Exa. nesse pronunciamento e desde o primeiro dia que V.Exa. subiu na tribuna relatando esse fato lamentável na Cidade de Marechal Cândido Rondon, toda Assembleia Legislativa, acredito, ficou muito preocupada, o povo do Paraná se somando junto com aquela população daquela cidade que V.Exa. tão bem representa. Mas a sua posição, o seu pronunciamento está sendo bastante claro. Não poderíamos deixar de parabenizar a sua preocupação constante e o seu acompanhamento passo a passo no desen-

rolar desses fatos e cumprimentar o nosso Governador, o nosso Secretário de Segurança, Dr. Candinho, que pela sua brilhante e grande capacidade de decisão tomou na hora certa e exata aquela decisão que deu por resgate os reféns e liquidando, definitivamente, aqueles marginais.

Somos favoráveis a atitudes deste quilate, porque com marginais têm que ser feito assim. E não podemos deixar de parabenizar a brilhante e competente ação dos policiais. Todos, de modo geral: os delegados, os que participaram da ação de resgate, todos que, direta ou indiretamente, participaram desse fato em Mal. Cândido Rondon estão de parabéns. E vai o nosso apelo que, definitivamente, o Governo do Estado deve olhar com muito carinho, com muito respeito para os policiais do Estado do Paraná: quer civis ou militares. E, principalmente, dando condições de um bom trabalho, de um bom desempenho, mas, também, um salário justo. Para que suas famílias de um modo ou de outro sejam compensadas. Não é só o dinheiro não.

Mas quando o policial sai para uma missão que não tem hora extra, não tem fim de semana remunerado - que nós sabemos, - é muito preocupante para uma família.

Fica então, aqui, a somatória da Bancada do PPR a V.Exa. pelo brilhante pronunciamento e elogiando mais uma vez o Governador Jaime Lerner e o Secretário de Segurança Dr. Candinho e todos que participaram para o bom sucesso daquela operação.

Parabéns a V.Exa..

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - (Aparte)

Deputado Élio Rusch. Sou um "carrapicho de polícia" com muito orgulho. Carrapicho de polícia é uma gíria que temos na polícia e aqui temos 3 carrapichos: Eu, o Deputado Chab e o Deputado Algaci.

Para ser carrapicho de Polícia é preciso dormir no plantão de uma delegacia de polícia. E comecei a "minha faculdade" no plantão de uma Delegacia de Polícia, nos porões da Delegacia. É muito fácil criticar a polícia. É muito fácil, é só você chegar descer o pau, criticar, é muito fácil. É muito fácil você chegar e xingar o delegado. Temos aqui o Deputado Tavares que foi Delegado de Polícia por muitos anos, arriscou a sua vida em muitos lugares do Paraná. Como o caso da menina Leila Ribeiro, que o Tavares participou ativamente. Uma menina que foi, estupidamente, assassinada em Londrina e de tantos outros casos de tantos outros delegados.

Ontem, no meu programa de televisão que passou de uma hora, graças à Rede Bandeirantes do meu querido Pedro Muffato, tive a satisfação de passar todo o seqüestro. Tudo que aconteceu. Mas antes havia

assistido pela Bandeirantes, porque estava transmitindo ao vivo. E quando assisti aos 35 segundos que durou o resgate, emocionei-me e chorei. Emocionei-me, veio um frio. Eu que sou um repórter, sou um carrapicho de polícia, vivo a área policial eu me emocionei de ver uma mãe deitar em cima da filha e levar 4 tiros de revólver, com 21 perfurações no estômago para salvar a Natália.

Repito: essa mãe, conforme mostrei ontem na Folha, tão linda, publicada pelo jornal a Folha de Londrina, ela com a neném no colo, prestei uma homenagem a todas as mulheres brasileiras deste país. Como é sublime ser mãe! O que esta mãe fez ao deitar em cima da Natália, em vez da Natália receber os quatro tiros, quem recebeu os quatro balaços, Deputado Jocelito, foi ela, com 21 perfurações no estômago, ela salvou a filha e ela está salva na Policlínica de Cascavel.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, em meu nome, não estou preocupado se aqui metem o pau em mim ou deixam de meter o pau em mim, fui eleito pelo povo, fiz 65.344 votos no Paraná e hoje saiu uma pesquisa na Folha de Londrina que eu, o Deputado Antonio Belinati e o Deputado Tavares somos os homens de maior índice de votação em Londrina. Tenho hoje 20,5% dos votos de Londrina só das mulheres, isto representa 40 mil votos só da minha cidade pé vermelho.

Então, não estou preocupado, como disse o Deputado Jocelito, se um mete o pau em mim ou não mete. Sou a favor da pena de morte sim. Sou a favor da pena de morte para crimes hediondos. Sou a favor da prisão perpétua. Sou a favor da criação de penitenciárias profissionalizantes. Sou a favor da reformulação, assistindo ontem os 10 anos sem Tancredo Neves, pela TV Cultura, fiquei emocionado, eu fiquei, quanta coisa que Tancredo tinha prometido e que poderá ser colocado em prática agora, a reformulação do Código Penal, o plebiscito da pena de morte, a criação da prisão perpétua, a criação da penitenciária profissionalizante.

Eu me emocionei com o seu pronunciamento sim, Deputado Élio Rusch, me emocionei sim, porque uma rádio da tua cidade criticou demais o Secretário de Segurança, criticou demais Vossa Excelência, criticava este Poder Legislativo, que nós aqui não fazíamos nada e tive que ir para o pau com essa rádio, dizendo a eles que realmente a Assembleia estava preocupada com a segurança do Paraná.

Ora, nem Richa pode fazer milagres, Alvaro não fez milagre, Ney Braga não fez milagre, ninguém faz milagre em Governo. O Governador Jaime Lerner assumiu há três meses. Ele não tem condições de fazer mi-

lagre, mas tem condições sim de há muitos anos já vem sendo preparado o Grupo TIGRE e o Deputado Ricardo Chab sabe disso. Nós sabemos. Estivemos, eu e Chab, na inauguração do TIGRE com o Dr. Adauto. Lembra quando o Dr. Adauto criou o Grupo TIGRE no Paraná, estive lá, todo mundo gozou, o que que é TIGRE? Uns homens mascarados. Ora, Chab sabe, estava sendo criado, Deputado Tavares, o maior grupo anti-sequestro do Brasil. É ou não é, Deputado Ricardo Chab? Quando foi criado o COI, nós fomos convidados. Quando foi criado o COPE, nós fomos convidados.

(TERMINO DO TEMPO).

Cedo o horário do PTB para terminarmos aqui, porque quero pedir um voto ainda nesta tarde.

Só para finalizar. Então, não quero aqui jogar confete, fazer carnaval, não. Quero aqui parabenizar o Secretário Candinho, quando ele disse, Deputado Rossoni, que vale a pena ter o trabalho do Grupo TIGRE, valeu a pena ver o trabalho do Grupo COPE e do Grupo COI. Se lá no Rio de Janeiro eles não têm competência para formar uma polícia que presta, o Paraná ainda tem a melhor Polícia Civil do país. Temos aqui a melhor Polícia Militar do Brasil. Polícia séria que ganha um salário de miséria, um salário assassino, um salário canalha, mas temos ainda a melhor polícia do Brasil e quero deixar aqui registrado, não um voto, não fazer balela, cascata, que o Jaime, que é isto, não. Gostei da atitude do Governador Jaime Lerner no aeroporto. Meus parabéns.

É isto que o Paraná precisa: novos caminhos na área de segurança. O que o Candinho disse lá na sua cidade. Meus parabéns. Queremos investir mais na Polícia Civil. E quero dizer nesta tarde: que V.Exa. faça um requerimento e que todos os Deputados, sem cor partidária - vamos Deputado Élio Rusch - um requerimento de voto de aplauso, voto de confiança em nome de toda a Assembléia Legislativa e encaminhasse ao COE, ao COPE, ao TIGRE, a todos enfim que deram a sua participação, à imprensa, e a milhares de mães, milhares de homens e jovens e de crianças, que através de suas orações, ajudaram a salvar esses sete reféns.

Finalizando: bandido bom é bandido morto.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Élio

Rusch, queremos neste momento manifestar a Vossa Excelência, aos seus familiares e a todos os seus amigos da Cidade de Marechal Cândido Rondon pelo desfecho altamente positivo que obtivemos no Estado do Paraná no último sábado com a libertação dos reféns e a execução dos sequestra-

dores da família de Roni Martin. Dizer a Vossa Excelência que lamentavelmente essa não foi a primeira vez e por certo não será a última vez que um fato desses haverá de acontecer no nosso Estado.

Mas se lamentamos por não ser a primeira e nem a última vez, por outro lado temos que realmente nos confortar por sabermos que no Estado do Paraná ao longo dos anos se preocupou com a qualificação dos nossos policiais. Como bem disse o Alborghetti, quando se formou a COPE no Estado do Paraná, quando se formou a COE e quando se formou o grupo TIGRE, sobre a liderança do delegado Adauto, todos nós sabíamos e estimulávamos esse tipo de profissionalização da polícia civil e militar porque sabíamos que num momento ou outro precisaríamos de pessoas altamente qualificadas para defender a vida dos paranaenses e brasileiros em momento de grande dificuldade como essa. Talvez nós, à distância, acompanhando pelo jornal, rádio e televisão, não tivemos a mesma sensibilidade e o sentimento que teve Vossa Excelência porque via os seus amigos, via a sua gente sendo colocada numa situação de extrema dificuldade. Mas se tudo isso aconteceu, se teve um desfecho favorável, nós realmente temos que enaltecer a postura do Governador que foi firme, que foi decisivo, a postura do Secretário Cândido Martins, a postura do Mainguê, do Toleb, a postura do Braga, do Gilmar, enfim de toda essa gente que lá esteve comandando essa operação de terem a coragem de tomar a decisão que tomaram.

Quero cumprimentar a polícia civil e militar do Paraná através dos seus diretores, seus comandantes, cumprimentar o Secretário Cândido e o Governador Jaime Lerner pela coragem de tomar a atitude. Porque realmente esses policiais já deram demonstração em tantas outras oportunidades, como foi no caso de Goioerê no assalto do Banco do Brasil, como foi lá em Cianorte, tivemos recentemente um episódio semelhante.

Tivemos um assalto ao Banco do Brasil, em Faxinal; onde toda essa equipe do TIGRE, COE e COPE lá estiveram, e com eficiência! Também naqueles momentos, já há alguns anos, resolveram de forma satisfatória.

E a exemplo de V.Exa. nós também tivemos um momento, há cerca de 3 anos atrás, quando ocorreu o sequestro do empresário Tollardo, em Maringá, que foi levado a Nova Tebas, lá, em confronto com os policiais daquela cidade os sequestradores mataram os delegados de Nova Tebas. Aí fugiram para Jardim Alegre, Quinta do Sol, voltaram a Ivaiporã e sequestraram um ônibus de transporte escolar do Município de Ivaiporã. Aí se deslocaram pela rodovia do

milho, Borrazópolis, Novo Itacolomi e no Município de Cambira foram interceptados pela Polícia e ali permaneceram, se não me falha a memória, por 3 dias.

E ao final também o Grupo TIGRE, a COE e a COPE, conseguiram salvar todos os reféns, mataram-se alguns seqüestradores, sobreviveu um deles, numa demonstração de que esta nossa Polícia Civil e Militar vem cuidando, com muito carinho, da preparação de uma Polícia Especial, para momentos especiais, como foi esse, ocorrido em Cândido Rondon.

Portanto a minha solidariedade pessoal, em meu nome, da minha família, ao Sr. e sua família aos seus amigos e votos de aplausos pela coragem que teve o Governador e o Secretário de tomar uma decisão, e um voto de louvor a eficiência dos nossos policiais do Paraná.

O Sr. Duílio Genari - Deputado Élio, gostaria de somar com o seu pronunciamento, e sou testemunha, porque na sexta-feira, estive em Marechal Cândido Rondon, durante umas 3 horas, e acompanhando o trabalho e a preocupação do Secretário Cândido, e dos Comandantes da Polícia Militar e Civil e dos demais que lá estavam trabalhando.

Sou testemunha do esforço do Secretário e de toda equipe que procuravam fazer com que os assaltantes aceitassem a proposta. O Secretário colocou a disposição o carro forte, o avião e ainda os recursos que eles pediram, mas os assaltantes não aceitaram e sim queriam que os reféns os acompanhassem. Sei porque estava presente naquele momento. E o Secretário firme, com o apoio da Polícia Civil e Militar, resistiu e não abriu mão. E veio a acontecer o que aconteceu. Ainda na noite de sexta-feira havia já uma decisão, se os assaltantes não aceitassem se retirar do Paraná, com a segurança de que não iria acontecer nada, o próprio Secretário iria tomar a decisão de invadir e resgatar as 7 pessoas e também prender os assaltantes.

Sábado pela manhã, nós lá estivemos, vendo até o semblante das crianças, das senhoras, dos homens de Mal. Cândido Rondon, contentes pelo fato dessa grande aventura das Polícias Civil e Militar, comandadas pelo nosso Secretário Cândido.

Agora vamos apresentar um requerimento, Deputado Rusch, que está nas suas mãos, assinado por nós e esperamos por todos os Deputados de um voto de louvor ao nosso Secretário e as Polícias Civil e Militar.

O Sr. Emerson Nerone - Nobre Deputado Élio Rusch, estivemos acompanhando todo esse drama, o drama de V.Exa., de todo o povo de Mal. Cândido Rondon, em especial

aqueles sete reféns, e acompanhamos com tristeza por tal fato vir a acontecer no nosso meio. Nesse momento queremos nos solidarizar com a vítima que se encontra em coma na UTI e à família de Mal. Cândido Rondon como um todo. E também, nobre Deputado, queremos somar um antigo apelo que temos feito em nossa vida pública nesses dois primeiros anos como Vereador e nesses três primeiros meses como Deputado Estadual, de que no Paraná o contingente da Polícia Militar e Civil seja aumentado drasticamente, para que os policiais militares que hoje servem o BANESTADO como vigilantes possam ser colocados na rua, e que uma ação preventiva seja desenvolvida pela PM para que a gente não tenha de novo que passar por tal tragédia, por tal momento de apreensão como aconteceu em Mal. Cândido Rondon.

Acho que é o momento de pensarmos seriamente e abrimos de novo a discussão sobre um aumento efetivo de contingente da Polícia Militar, de um aumento de contingente para que tenhamos ação preventiva no Estado e não apenas fiquemos torcendo para que o desfecho de fato como este se tenham como nesse caso, sem vítimas por parte daqueles seqüestrados. Esse é um momento de pensarmos com cautela. Nesse momento para que o Paraná é um mar de rosas em termos de segurança e não o é.

Quero lembrar aqui a denúncia que tenho feito categoricamente desde o início desse mandato contra uma ação espúria de uma guarda particular lá na cidade de Pinhão onde a PM e a Polícia Civil tem apenas cinco membros e que no ano passado foi morta uma criança incinerada numa casa, atirado ao fogo por essa guarda particular cuja ação do Estado não foi tão efetiva quanto em Mal. Cândido Rondon, e temos falado desta Tribuna constantemente que lá logo logo teremos novas mortes por causa de uma guarda irresponsável cuja autorização já foi caçada pela Juíza de Pinhão, e irresponsavelmente foi dado aqui em Curitiba autorização para que ela continuasse funcionando.

Nobre Deputado, nesse momento de dor, de luto, momento de apreensão com relação à vítima que se encontra hospitalizada, queremos nos unir ao povo de Mal. Cândido Rondon torcendo para que a vítima saia da UTI, que ela se reestabeleça e volte para o convívio em Mal. Cândido Rondon.

Muito obrigado!

O SR. ÉLIO RUSCH - Presidente, usamos o espaço do PSC, gentilmente cedido pelo Deputado Jocelito.

Passamos ao aparte concedido ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Ilustre Dep. Élio

Rusch, acredito que a Cidade de Mal. Cândido Rondon e as outras cidades estão orgulhosas pela sua ação como parlamentar, pela sua vigilância e pela sua cobrança constante e efetiva para que o desenrolar daquele lamentável acontecimento em Mal. Cândido Rondon acontecesse mais rápido possível e que pudesse trazer reféns que estavam confinados sofrendo uma grande ação psicológica para o seio da sociedade.

Sinceramente a região Oeste do Paraná se orgulha da sua ação como Parlamentar, também da ação do Secretário de Segurança Cândido Martins de Oliveira e do nosso Governador, e porque não dizer de todos os policiais que lá estavam envolvidos. Claro que hoje é um orgulho para o Paraná porque esse foi um dos seqüestros de repercussão nacional. O Paraná mostrou a sua capacidade, a sua sabedoria em poder além de livrar os reféns eliminar de uma vez por todas da sociedade esses marginais que tantos prejuízos tem trazido à sociedade.

Mas a nossa polícia civil, a nossa polícia militar não é só mar e rosas não. Isso, principalmente dito por alguém que teve problemas no seio da sua família e que, até hoje, não foi solucionado. Este é um lamento que quero trazer aqui a todos os Senhores Deputados, para que nós, todos juntos, possamos fazer uma reflexão sobre a pena de morte, sobre a nova legislação. Enfim, buscar novos caminhos para que tantas pessoas deste Paraná e deste Brasil não venham sofrer conseqüências imperdoáveis desses marginais.

Deputado Élio Rusch, no dia 25 de dezembro, um sobrinho meu foi festejar, aqui, na Rua 24 Horas, festejar o seu sucesso e demais garotos, pelo bom ano letivo que tiveram. Ele estava cursando o último ano de arquitetura. E marginais adentraram no seu carro, o levaram para a periferia da cidade, e lá, além de tomar o seu dinheiro, além de tomar o seu carro, desferiram 4 tiros em seu corpo. E ele ficou aqui, no Hospital das Nações, agonizando por mais de duas semanas. E, infelizmente, não foi possível salvá-lo. E até hoje estamos aguardando a resposta da justiça, uma resposta das autoridades. Aonde foi o carro daquele garoto? Quem foram os assassinos que cometeram aquele crime hediondo? E até hoje nenhuma resposta obtivemos.

Por isso, Senhores Deputados, venho aproveitar este momento de emoção, de valorização da polícia que atuou lá em Mal. Cândido Rondon, mas também viemos cobrar, aqui, uma ação mais efetiva para defender a sociedade do Paraná e por que não dizer do Brasil dos marginais.

Quando vejo, aqui, alguém brigando pela pena de morte e quando sinto tirarem dos braços da minha família um garoto de

apenas 26 anos, faltando só um ano para se formar, quero dizer que me empenho e me coloco ao lado desses que buscam efetivar a pena de morte no Brasil. Porque como diz Luiz Carlos Alborghetti e outros companheiros daqui: o bandido bom é o bandido morto e de preferência que seja enterrado de pé e de cabeça para baixo para não trazer mais prejuízos à sociedade.

Élio Rusch, transmita, através de um consenso de todos os Deputados desta Casa, os cumprimentos ao Governador, ao Secretário de Segurança e a todos os policiais civis e militares que lá estiveram. Q nosso reconhecimento pessoal aqui a todos eles e também ao seu trabalho como parlamentar.

Obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradecemos aos Deputados que participaram com seus apartes, acima de tudo, enriquecendo sobremaneira o nosso pronunciamento.

Com aparte o Deputado Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Deputado Élio Rusch, em nome da Bancada do PDT, nesse voto de congratulações, do reconhecimento do trabalho realizado pela Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Segurança e Governador do Estado, nós estamos solidários e todos irão subscrever o vosso requerimento.

Mas queremos também, tornar público, aqui, nesse instante, a participação da vossa pessoa, quando solicitado que foi - em primeira mão - por aquelas famílias de Marechal Cândido Rondon, V.Exa. não mediu esforços e somos testemunhas, porque ocupávamos a Presidência da Casa, no mesmo instante vossa pessoa esteve presente na Secretaria com o Secretário, no Palácio Iguazu com o Governador e se não fosse, realmente, tudo aquilo que nós e Vossa Excelência descreveu com o auxílio daquela mão amiga, mas sempre presente nas horas de decisões, acredito que um ser muito superior a nós todos juntos e principalmente aquele que nos dirige é que nos deu a condição pela qual Marechal Cândido Rondon ter a representação política na sua pessoa e nós no Paraná termos as autoridades que o povo realmente merece.

Meus parabéns, Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas gostaríamos que ficasse registrado na sessão, um agradecimento todo especial das pessoas que se deslocaram até a Cidade de Marechal Cândido Rondon, que na verdade foi uma verdadeira guerra, a quem andou por nossa cidade, quem andou no centro, quem passou no centro, mais precisa-

Curitiba, terça, em 02.05.95

mente na Rua Paraná, onde reside o empresário Roni Martin, deparou um verdadeiro contingente de policiais civis e militares, comandado pelo nosso Secretário Cândido Martins de Oliveira, a quem já nos referimos, ao Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Toliben, ao Comando da Polícia Militar, Coronel Mainguê, ao Delegado Regional da Polícia Civil, o Dr. Ricardo Noronha, ao Comando da Polícia Militar, regional também, ao Tenente-Coronel Onório, ao Grupo TIGRE, comandado lá na Cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo Delegado Artur Braga, pelo Delegado Luiz Gilmar da Silva, ao Grupo COI, comandado em Marechal Cândido Rondon pelo Tenente-Coronel Iranil, pelo Tenente Péricles, pelo comando do interior da Polícia Militar, Coronel Sener(?), ao Dr. Artigas, que é assessor do Secretário Candinho, todas estas pessoas estavam na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Lamentavelmente a nossa cidade foi notícia nacional e até internacional.

Não era desta forma que queríamos que isto fosse transmitido. Devemos reconhecer de novo que acompanhamos diariamente, quase que de hora em hora, perguntávamos então no sábado, após a invasão e a morte dos três marginais, o Pedro Beltramim, o Isaldino Beltramim e o Reginaldo Belmont, ao Candinho, o Secretário: "Meu Secretário, qual foi a pior hora, o pior momento que o senhor sentiu, durante estes cinco dias que o senhor esteve em Marechal Cândido Rondon?" Ele disse para mim o seguinte: "Na sexta à noite quando eu conversava com o comandante desses bandidos"...

(Término do tempo)

Agradecemos ao Deputado Zuk e ao Deputado Rossoni que cedem o espaço do PDT para que possamos concluir.

Perguntava ao Candinho então, qual foi o pior momento de todo esse seqüestro? Ele disse para mim o seguinte: "Quando eu ligava pela última vez com o seqüestrador e ele me dizia o seguinte: "Amanhã de manhã, às 8 horas nós vamos começar a executar os reféns e vamos começar pela criança de nove meses".

Disse o Candinho que foi o pior momento. E o segundo pior momento foi quando ele autorizou a invasão na casa. Disse o Candinho: "Não sabia eu quem sairia com vida e quem não sairia com vida." Como disse o Deputado Pessuti, é um quarto de 20 metros quadrados, mas, Deputado Pessuti, não eram vinte metros quadrados, eram sete reféns e dois marginais em cima de uma cama só, todos. Todos na mesma cama. As crianças sentadas e os dois marginais e as quatro senhoras em pé. Quando a polícia entrou as duas mães se jogaram em cima das suas crianças, e um marginal ainda conseguiu disparar.

Mas é nesse momento Senhor Presidente e Senhores Deputados que devemos agradecer também a dois delegados do Estado de Santa Catarina que fretaram um avião por conta e vieram direto a Marechal Cândido Rondon, imaginavam eles, tinham certeza, que seriam esses os marginais que haviam fugido de Santa Catarina e que já haviam cometido outros crimes no seu Estado. E acompanharam desde terça-feira até no sábado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi comovente, são momentos em que nós cidadãos, nós nos comovemos, muitas vezes vibramos, outras vezes choramos. A cidade, o município, a região, o Estado e o Brasil se comoveu, e muitas lágrimas foram derramadas, lágrimas de solidariedade em favor aos reféns. Mas no sábado, após a execução, quando eu saía nas ruas e cumprimentava as pessoas parecia que o Brasil havia vencido a copa do mundo porque eram os rondonenses e as pessoas vibrando na cidade, erguendo o seu braço e dizendo: "Os bandidos escolheram o inferno como eles mesmo diziam." Porque durante a semana eles falavam: "Os dez vão para o céu, ou os dez vão para o inferno." Felizmente o lugar deles foi o inferno e o céu estará reservado para as pessoas de bem.

Mas não foi só a polícia, e é nesse momento que nós devemos agradecer Deputado Zuk a mão estendida de nosso Senhor, a mão de Deus que abençoou exatamente os reféns, porque humanamente seria impossível as polícias entrarem nesse quarto e nenhum refém tenha perdido a sua vida, ou mesmo nenhum policial.

É neste momento que devemos parar e pensar, como dizia a babá de quinze anos quando o repórter a entrevistava, perguntavam para a babá: "O que você vai fazer?" E ela respondeu: "Eu vou pensar na minha vida, e daqui para frente eu tenho uma nova vida porque eu nasci novamente."

Acho que nesse momento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os três bandidos estão no local onde todos os bandidos e os marginais deviam estar. Disse antes o nome de algumas pessoas, mas esqueci de falar do Carlos Daniel dos Reis, que é o Delegado de Marechal Cândido Rondon, o Dr. Lino que é de Toledo, o Delegado de Palotina, Guaíra, Cascavel, todas as pessoas que lá estiveram; a Promotora Vera Guilmar Pereira, ao Juiz de Direito, Dr. Spinassi, ao advogado, que foi a primeira pessoa a entrar na casa levar comida, ao Dr. Sérgio Martinez, que foi a primeira pessoa a entrar; e ao Dr. Roberto Biagi, que foi a peça mais importante de tudo, que culminou exatamente com o sucesso da polícia. Acho que essas pessoas não podemos esquecer de forma alguma.

0 Sr. Ricardo Chab - Gostaria, junto com

os demais Deputados que já fizeram aparte, ser solidário à palavra de todos, porque profissional como sou da área de jornalismo, tenho acompanhado inúmeros casos idênticos a esse.

E lembro-me bem quando um dos últimos casos registrados no Estado do Paraná, na agência do Banco do Brasil de Faxinal, eu lá estava naquela cidade fazendo uma cobertura para os veículos de comunicação aonde trabalhava, e lembro-me bem da decisão de um Delegado de Polícia que comandava o Grupo TIGRE, o Delegado Adauto. Faço essa referência para tentar passar aos nobres Deputados desta Casa o quanto é difícil para uma autoridade policial tomar uma decisão. E é por isso que naquele momento naquele instante da negociação o Delegado Adauto achou por bem invadir o banco. Corria-se o risco de termos mortes, mortes de reféns e de bandidos. Mas enfrentou-se a situação e tomou-se a decisão. Então, imagino, Deputado Rusch, como foram difíceis as horas para se tomar a decisão de invadir uma residência onde estavam 7 pessoas e 3 bandidos. Corria-se o risco e todo o ônus ou ônus cairia em cima da Secretaria de Segurança Pública. Mas, graças a Deus, num trabalho esplêndido, voluntarioso, profissional das nossas polícias, nós saímos vitoriosos, ou seja, saímos com o ônus.

Estaríamos nós hoje aqui aplaudindo a ação da polícia, se, porventura, numa eventual fatalidade, viesse a atingir, ou quem sabe até mesmo matar um refém? Deixo esta pergunta no ar, porque acho que a decisão do Secretário Cândido foi uma decisão de pessoas que querem o bem do Paraná. A decisão do Governador do Estado, altamente tomada, naturalmente com o Secretário da Segurança Pública, foi uma decisão em prol do Paraná.

Graças a Deus, nesse episódio todo, o Paraná, nós saímos com o ônus da vitória e deixamos claro que aqui no Paraná bandido não tem vez.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço o aparte, Deputado Rusch, e como homenagem ao Senhor como Deputado da região e pessoa demais ligada a comunidade, peço, Senhor Presidente, que o Horário da Liderança do Governo seja cedido ao Deputado Élio Rusch, para que ele continue este relato, que é importante para a Casa.

Hoje, poderíamos estar aqui, quem sabe condenando a atitude de um Secretário, quem sabe condenando a atitude de um Governador, porque a ele cabe a última palavra, e, no entanto, estamos hoje aqui, elogiando, pelo trabalho realizado porque foi feito com muita competência.

Até me recordo, no sábado pela manhã,

tão logo houve a invasão da casa, após as 6 horas e 50 minutos, a imprensa testemunhou estes fatos e eu em algum momento eu o entrevistava e V. Exa. teve a sua voz embargada não pode continuar a dar a sua opinião a respeito daquele fato. Então, ninguém melhor que V. Exa. para relatar o sofrimento daquela família, não apenas das famílias dos reféns, mas de toda cidade, porque a cidade toda virou refém, nas mãos desses marginais, porque ali estavam pessoas com um compromisso muito importante naquela comunidade.

Queria, neste momento dizer que o Governo do Estado colocou na Secretaria de Segurança talvez não um policial de carreira, talvez não um homem não com muita ligação na área de Segurança, mas, acima de tudo, um homem de inteligência, um homem que sabe administrar situações. Tanto é verdade que saiu-se bem nesta operação.

Sempre falamos aqui, e ninguém mais do que nós cobramos da nossa Secretaria de Segurança Pública, em outros Governos, uma atuação mais efetiva, mas sempre soubemos reconhecer o trabalho da Polícia, em todos os sentidos.

Ninguém mais do que este Parlamentar é testemunha de alguns fatos que marcaram muito a minha vida, como homem de comunicação. Lembro-me em uma ocasião em que fui refém de mais ou menos 800 presos da Penitenciária Central do Paraná, numa de suas muitas rebeliões, onde para poder negociar com a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública e com o próprio Governador, eu e mais um grupo de repórteres, ficamos sitiados no pátio interno da Penitenciária, rodeados por bandidos da pior espécie possível. E sentimos o quanto é duro você ficar naquela indecisão, o que vai acontecer no próximo segundo, não na próxima hora, no próximo segundo, qual seria a reação de um bandido ali no meio? Qualquer coisa poderia levar aquela turma a massacrar os repórteres que ali estavam.

Lembro-me ainda de outro fato, quando fui, por volta de cinco e meia da madrugada, tirado da minha casa, para que juntamente com o Juiz Dr. Otávio de César Vileixo, fôssemos até uma residência, na Vila Uberlândia, aqui num bairro de Curitiba, para tirar de lá um bandido da mais alta periculosidade identificado como marajá que havia invadido uma residência e só se entregava para o repórter policial Algaci Túlio e para o Juiz Otávio Vileixo. Lá fomos nós, encarar o bandido, entramos na residência e saímos com ele a tira-colo de lá e entregamos à polícia. Então sabemos o que é o sofrimento de uma pessoa especialmente nesse caso, quatro mulheres e três crianças totalmente indefesas.

O homem ainda pela sua formação, pela sua maneira de ser, saberia se defender melhor, mas mulher e criança a coisa fica mais difícil. Por isso queria nesse momento, Deputado, parabenizar toda a Cidade de Mal. Cândido Rondon, parabenizar antes da ação da polícia a ação da população de Mal. Cândido Rondon que se uniu em preces, pediu a Deus a sua bênção para que pudesse iluminar aqueles que estavam à frente daquele episódio no sentido de se sair bem naquela operação. Hoje alguém já questiona, não é tão verdade assim que iam começar a matar reféns, se é verdade ou não eles poderiam começar a matar os reféns, e começariam certamente pela criança, não tenho a menor dúvida, é ali que toca mais a família, que toca mais a sociedade. Se isso aconteceria ou não o importante é que a operação foi feita e com sucesso.

Então quero parabenizar nesse momento a imprensa também, Deputado, que foi de uma atuação sem qualquer reparo. Em todos os momentos os meios de comunicação tiveram a inteligência suficiente de trabalhar em colaboração com a polícia, porque lá dentro os bandidos tinham televisão e rádio também. A qualquer informação de fora dada por um repórter menos inteligente poderia colocar em risco toda uma operação, e a imprensa só divulgou aquilo que foi necessário e liberado. Então o papel da imprensa também foi fundamental nessa operação.

Quero dizer ao Deputado Nerone que nesta hora nem caberia cobrar determinadas ações da polícia porque vivemos um momento de sensibilidade, de emoção, mas não há como se identificar o caso de Mal. Cândido Rondon com caso da Fazenda Zattar que tem a sua segurança própria. Isso é outra história, outro problema. A questão do Banco do Estado do Paraná em que os policiais militares por força de um convênio assinado totalmente irregular e que este Parlamentar foi quem mais debateu aqui nesta Casa, graças a Deus o Secretário de Segurança Pública e o Presidente do BANESTADO, Luiz Antonio Fayet já determinaram uma licitação, uma concorrência para que no mês de junho já tenhamos quase dois mil policiais nas ruas para poder policiar a população curitibana.

Para tanto, companheiros Parlamentares, ainda estamos todos tomados pela comoção social, todos somos emotivos, e hoje quando via pelos jornais que as crianças voltaram para a sala de aula, pudemos sentir nas crianças, na professora, nos alunos todos a felicidade de ver os dois irmãos lá de volta sentados naquelas cadeiras que ficaram por cinco dias vazias e que quem sabe poderiam ficar pelo resto da vida sem ter ali a presença daquelas crianças. Quero também dizer, Deputados,

que esses bandidos eram da mais alta periculosidade, foram eles que assaltaram, seqüestraram empresários catarinenses, e vejam como é a coisa, quero lembrar hoje o Deputado Zuk e ainda onde o nosso correspondente lá de Toledo nos informava que os corpos dos três bandidos foram retirados do Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu de um avião contratado pelos familiares desses marginais, o que prova mais uma vez que fizeram uma seqüência de assaltos a bancos, que seqüestraram muita gente, que arrecadaram muito dinheiro, a prova é de que os caixões, as urnas eram de primeira qualidade, e o avião que foi fretado para o transporte. Por aí dá para ver de que a polícia agiu com toda segurança, com toda tranquilidade e com toda certeza de que aquela ação não poderia falhar, porque numa ação como esta onde dez pessoas estavam dentro de uma casa, onde sete eram reféns e três eram bandidos poderíamos até ter baixa de dois ou três reféns que poderiam ser mortos naquele momento. Mas a eficiência da nossa polícia, claro que ainda temos falhas, claro que foi preciso ainda durante a operação ir à São Paulo comprar quatro escudos porque o que temos aqui não agüenta um tiro de um 22 que dirá de um 38 ou quem sabe de um fuzil que estava nas mãos dos marginais.

Parabéns a V. Exa., parabéns ao Estado do Paraná e parabéns à polícia que não é polícia do Governador Jaime Lerner, é polícia do Estado do Paraná que teve falhas em outros governos e que teve, também, seus bons momentos. E, certamente, vai ter falhas, nesse governo também, porque tudo é uma questão de aprimoramento, é uma questão de melhor pagar os salários, é uma questão de melhor escolher aqueles que compõem este quadro da segurança pública.

Parabéns, Deputado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O trabalho que foi executado em Mal. Cândido Rondon, a participação que houve dos outros Estados, inclusive já na quarta-feira o Secretário Candinho estava de posse da fita de casamento de um dos marginais. E com essa fita é que eles conseguiram identificar a voz e confirmar quem era, Pedro Beltramin, que casara em 88 no Rio Grande do Sul.

Foram buscar a esposa do bandido e a esposa veio e foi interrogada por mais de dez horas. Mas em momento algum ela confirmou que era o seu marido que estava no interior da casa. Então houve a participação do Delegado Melo na Cidade de Porto Alegre. Houve a participação do Secretário de Segurança de Porto Alegre. Houve a participação do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Ministé-

rio Público, dos outros policiais. Porque trazer a mulher do Rio Grande do Sul presa, como é que faz? Como prender uma mulher sem acusação nenhuma? O Juiz em Mal., decretava a prisão provisória ou preventiva daquela mulher, temporária, e com essa prisão - mandava via fax para o Delegado Melo em Porto Alegre - com a concordância do Poder Judiciário do Rio Grande, foi trazida a mulher de avião também para Mal. Cândido Rondon e tinham outros aviões fretados na cidade.

Então é neste momento, que só podemos dizer: "Muito obrigado. Obrigado a todos que participaram." Mas o desfecho ainda não está no final não. Porque deve existir uma quarta pessoa, porque as três pessoas não vieram a pé. Era humanamente impossível caminhar no meio da cidade com todo o armamento que dispunham, então deve existir um quarto elemento que dava cobertura aos três marginais com o seu carro. Aonde ele está? Da onde eles vieram? O que vai acontecer?

Não somos nós que vamos dizer, mas é a polícia do Paraná que continua a investigação. E esperamos que ela chegue ao quarto elemento. E é em nome do Roni Martin, Leina Martin, Natália Martin, Ivete Schaffer, a empregada, Ana Paula Sipereck, uma adolescente de 15 anos, Orsula Krame, a mãe e a esposa do Elton, que é tesoureiro da Empresa Roiter Turismo, aos pequenos Fabiano e Fabrício, os gêmeos, em nome desses sete reféns, que nós, como Deputado de Mal. Cândido Rondon, só temos a dizer: "Muito obrigado a todas as pessoas envolvidas e pela grande solidariedade que tivemos, à Imprensa que tem cooperado em todos os momentos, divulgando o que daria para divulgar e não divulgando aquilo que a polícia e o Secretário pediam para não divulgar. Graças a participação de todos é que chegamos a um final feliz."

Gostaria que constasse nos Anais desta Assembléia um Editorial elaborado pelo proprietário do jornal "O Presente", da Cidade de Mal. Cândido Rondon, que circula semanalmente toda sexta-feira.

O Editorial diz o seguinte (Lê):

"Editorial

QUANTO VALE UMA VIDA?

Quando assistimos pela TV as histórias dos seqüestros, que ocorrem freqüentemente com mortes das vítimas, não podemos imaginar quanto vale uma vida.

Vida de inocente que, de repente, acorda às quatro horas da madrugada sob a mira de uma metralhadora nas mãos de um seqüestrador encapuzado.

Uma vida que, neste instante, passa a ter preço, ou tanto dinheiro, ou, morrem as inocentes vidas que, por um acaso, ficaram nas mãos de marginais.

Quanto vale a vida de um bandido con-

denado a 20 ou 30 anos de prisão que, para aceitar essa empreitada, sabia que tanto poderia sair vivo ou morto, portanto, fez o seu próprio preço e decidiu lutar contra a morte, pelo valor que julgou satisfazê-lo?

Apelar, então, pela mãe, pelo coração, pela liberdade de um seqüestrador, pode ser uma tarefa tão difícil quanto a água que bate no rochedo, na esperança de movê-lo.

Mas, para quem, ao longo dos anos nunca pensou na morte, quem apenas pensou em construir a vida, agindo dentro da lei e, em comum acordo com os homens, quanto vale a sua vida?

Quanto vale a sua vida, caro leitor? Você que, por algum momento, deve ter pensado em estar no lugar dos reféns ou no lugar de seus familiares, a quem caberia decidir sobre a sua vida, aceitando ou não as regras impostas pelos seqüestradores?

Quanto vale a vida de uma mãe de dois filhos de sete anos, ou uma mãe de uma filha de apenas nove meses? Quanto vale a vida de uma criança que, com tanta ternura e meiguice faz-nos descobrir a verdadeira razão de viver, ensinando-nos o verdadeiro amor?

Talvez, de tudo que tenha nos ensinado o triste e lamentável episódio ocorrido nesta semana em Marechal Cândido Rondon, o mais profundo ensinamento foi o verdadeiro valor das nossas vidas.

Para o seqüestrador, a nossa vida tem preço, mas, para um pai ou uma mãe, a vida não tem preço".

Ainda, no sábado, recebemos todos os policiais que estiveram na operação em Cândido Rondon, ao Aeroporto do Bacacheri. Naquela ocasião, juntamente com o Deputado Anibal Khury, Deputado Luiz Carlos Martins, esta Casa se fez presente e decidimos, os três Parlamentares, certamente com o apoio desta Casa, que deveríamos fazer na próxima quinta-feira pela manhã uma Sessão de homenagem aos policiais militares, muito embora amanhã o Governo homenageie os policiais.

Mas, mas uma homenagem evidentemente é importante. Esta Casa não pode ficar alheia. Como quinta-feira teremos aqui a vinda do Ministro da Previdência, evidentemente o Presidente vai marcar uma outra oportunidade para que esta casa não fique omissa a este fato. Quem sabe na outra quinta-feira, então, pela manhã, faremos uma homenagem com entrega de diploma, de moção de apoio, de honra ao mérito, para que na ficha desses policiais, que arriscaram suas vidas, que foram eles os escudos também das armas dos bandidos, conste até como efeito de promoção para esta gente.

Quem trabalha bem, quem merece, tem que ser reconhecido.

O SR. ELIO RUSCH - Realmente, Senhor Presidente, nada melhor, porque o Governador do Estado do Paraná, vai homenagear amanhã, às 14:30 horas, todos os policiais que participaram dessa operação e muito bem lembrado pelo nosso Líder do Governo, Deputado Algaci Tílio, do que a própria Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo, também prestar a sua homenagem às pessoas que foram os verdadeiros heróis.

E eu, que esqueci de dizer, Senhores Deputados, o Deputado Anibal Khury, com quem conversamos desde segunda-feira, no dia 24, teve a sua participação muito importante, ligando imediatamente também para o Secretário de Segurança, para o Governador.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Joel Coimbra.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Joel Coimbra, a Mesa anuncia a presença de Moacir Domingos, Presidente da Associação dos Moradores de São Francisco, Vereador de São Pedro do Iguaçu, e ainda, a presença do Dr. Vitor Gortari, chefe do Núcleo da Agricultura de Maringá.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Sinto-me, de certa forma, confortado pelo teor deste debate estabelecido nesta Casa, em face do episódio de Marechal Cândido Pondon, porque nos meus quase vinte anos de atividades dedicados à prática do Direito no Ministério Público, nossa vida foi de sofrimento, de dificuldade, foi uma vida onde sempre transitamos num clima de abandono, de indiferença e de má interpretação, quando se trata de cuidar da questão da segurança e justiça.

E hoje vemos a sensibilidade do nosso Governador, do nosso Secretário de Segurança, fazendo eco nesta Casa e permitindo assim imaginar a possibilidade de uma saída no sentido de elaborarmos uma política séria e consistente na área da segurança e justiça para o Paraná.

E há nesta linha de ação, que ouvindo a palavra do nosso eminente Deputado Elio Rusch, quero lembrar aqui ao Deputado Elio Rusch e aos integrantes, companheiros, da Bancada do Governo, sobre a necessidade de iniciarmos imediatamente um tratamento sério da questão.

No ano de 1994, ainda exercendo a função de Promotor de Justiça em Maringá, com a incumbência de defender a cidadania, propus contra o Governo do Estado uma ação civil pública. O nosso objetivo era fazer

retornar para os quadros da Polícia Militar, não propriamente aos quadros da Polícia Militar, mas para os serviços próprios da Polícia Militar, aqueles mais de dois mil policiais que foram mandados para fazer o serviço de vigilância do Banco do Estado e de demais órgãos públicos do Estado. E naquela época, tudo isso aconteceu diante de uma terrível irregularidade, porque não houve um ato normativo, uma circular, um decreto, e nem se fala ainda numa lei.

Estive manuseando os documentos e verifiquei que numa instrução interna, do Comando Geral da Polícia Militar surgiu apenas a declaração do Comandante, dizendo que por ordem do Governador, ele teria que contratar a Polícia Militar para formar uma força especial, e assim substituir a vigilância bancária que o Governo resolvia abolir a partir daquele instante para fazer economia.

Então, essa mudança não foi ditada por ordens estratégicas, até porque o próprio Comando Geral da Polícia Militar, na época, manifestou a sua preocupação dizendo que o serviço prestado pela vigilância particular era de boa qualidade, e dizendo também que a polícia militar não tinha condições de fazer aquele serviço.

Pois bem, hoje vemos aqui o Governador disposto a elaborar uma política de segurança. Já manifestei ao Secretário de Segurança a minha preocupação com relação a esta situação, porque isto afeta não apenas o esquema de segurança, afeta o próprio moral da tropa.

Por onde andamos, com todo policial que conversamos, sejam eles oficiais, cabos, sargentos, todos eles manifestam a sua repulsa contra esse esquema. Nenhum policial militar quer ser guarda de banco; eles querem ser aquilo que são, querem ser autoridades, querem ser polícia, querem cuidar da segurança pública.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Vossa Excelência aborda um tema que foi na verdade de forma exaustiva já trabalhada pelo Senhor quando membro do Ministério Público na Cidade de Maringá. E creio que o Senhor faz essa abordagem com a maior das boas intenções. Mas é preciso dizer que quando o Governador Requião decidiu criar na verdade esse quadro de policiais militares com a função específica de guardar os próprios públicos, ele fez no sentido de gerar para o Paraná, para o Governo do Estado, uma economia substancial que dizem que os recursos são dirigidos, na verdade, eram dirigidos, às empresas privadas que exploram essa mão-de-obra e que muitas vezes você não tinha um pro-

fissional capacitado a guardar um próprio público.

O que o Governador fez? Ele criou um quadro na polícia militar e destinou na verdade recursos através de convênios do próprio BANESEADO, e outras instituições do Governo do Estado, as empresas de economia mista; e esse quadro é uma polícia capacitada, preparada, e que sobretudo ela deixou de atender, de dispendir recursos vultuosos para contratar as empresas prestadoras de serviços.

Então, o Senhor veja, é necessário um efetivo maior para a polícia militar? É claro que é. É melhor pagar e remunerar melhor o policial? Claro que é. Mas esse quadro de pessoal para servir de guarda, ele foi criado justamente para economizar recursos do Estado, e sobretudo, prestar um serviço da melhor qualidade através do preparo eficiente que a polícia militar faz nos seus quadros.

Por isso que Vossa Excelência deve avaliar também a intenção e da forma que foi criado esse Batalhão da Guarda de próprios públicos.

O SR. JOEL COIMBRA - Agradeço o aparte.

Louvo as considerações de Vossa Excelência, e é evidente que concordo com elas, mas precisamos fazer também a seguinte colocação: é necessário economizar? É. É necessário poupar recursos? É. Mas é necessário também dar segurança à população; e acima de tudo, é necessário preservar o regime de legalidade que o próprio Governador tanto lutou por ele. Porque num momento em que ele determinou a colocação dos policiais no Banco do Estado, ele rasgou a Constituição ao negar aquilo que a Constituição fala sobre as funções da Polícia Militar. Porque o texto é taxativo e não admite interpretação contrária e nem se esta Casa votasse uma lei específica, ainda assim estas forças não poderiam ser utilizadas.

Melhor seria se o Governador então criasse um serviço especial de guarda, mas fora dos quadros da Polícia Militar. E é essa irregularidade que queremos que seja corrigida, mesmo porque é preciso lembrar que o Governador Requião, às vezes bem intencionado, mas por seu comportamento intempestivo, ele causou alguns prejuízos que serão inesquecíveis. Por exemplo, foi quando para fazer uma represália ao Juiz da 2ª Vara Cível de Maringá, que concedeu uma liminar na ação que propus, ele, ao invés de retirar os policiais do Banco do Estado, ele retirou os policiais que cuidavam do Fórum. E na mesma semana, Senhor Presidente, uma mulher foi picada na faca, dentro do Fórum de Maringá.

E, por incrível que pareça, parece que o castigo vem a cavalo, ele ainda gritava

que chamassem, gritava para o candidato Requião, que era candidato a Deputado, que chamassem urgente, para que ele fosse retirado da cadeia, porque aquele juiz, corrupto, o estava prendendo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O nosso pedido, neste momento, é para que o Governador Jaime Lerner, não espere o mês de junho ou julho, mas determine, imediatamente, o retorno dos policiais para os quadros próprios da Polícia Militar.

Para finalizar, está na hora também de pensarmos numa política mais humana para os policiais militares do Paraná. Já foram atendidos os policiais civis, numa ação que aplaudo e concordo, vamos pensar e pedir ao Governador que no próximo reajuste, lembre de dar um reajuste humano, mais digno, para os nossos valorosos integrantes da Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrando o Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Emenda Modificativa Corretiva ao Projeto de Lei nº 130/95, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, devidamente apoiada, constante do expediente. - A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 129/95/CS, subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando dispensa das sessões ordinárias dos dias 03 e 04 do corrente mês, em virtude da viagem que fará à Brasília. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, comunicando sua ausência no período de 08 a 22 do corrente mês, pelo motivo de que estará participando de um Congresso na Feira DRUPA, em Dussendorf - Alemanha. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do

expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a comercialização de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de reparação de veículos e acessórios do Estado do Paraná", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o "Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas", com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Romanelli, que regulamenta os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34, de 17.04.95.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 112/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cláudio Romanelli, tem por objetivo regulamentar os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. ALGACI TOLIO (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, gostaria que solicitasse aos componentes da CPI do Porto de Paranaguá que comparecessem a reunião logo após o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito aos membros da CPI do Porto de Paranaguá que compareçam a reunião na Sala das Comissões. Esta Presidência vai comparecer pessoalmente a esta Comissão.

O SR. ALGACI TOLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente, é um prestígio a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 997, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1030, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, como Titulares e Suplentes do Partido, junto à C.P.I que investigará irregularidades na administração do Porto de Paranaguá. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

O DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Solicito à V.Exa. a convocação dos membros indicados para a CPI da SANEPAR para reunião e instalação dessa CPI amanhã após a Sessão na sala de reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa convoca os Senhores Deputados para a CPI da SANEPAR, José Maria, Luiz Cláudio Romanelli, Albanor José Gomes, Walmor Trentini, Florisvaldo Fier, Plauto Miró

Guimarães para amanhã após a Sessão instalarem a Comissão da SANEPAR.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar a V.Exa, que convocasse para amanhã os Deputados componentes da CPI do Bingo, eu até adiantaria aqui, tenho em mãos os nomes: Deputados José Tavares, Antônio Annibelli, Valdir Rossoni, Emerson Nerone, Reny Borsato e Jocelito Canto, para reunirem essa Comissão e instalarem definitivamente no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

Requerimento nº 1007, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1052, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1006, 1009 e 1010 de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1011, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1012, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 1013, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs. 1014, 1015, 1017, 1018 e 1052-A, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1023 e 1024, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1020, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1021, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constan-

te do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1022, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1025, 1026 e 1027, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1031 e 1032, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1033, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1034, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1035, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs. 1036 e 1037, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1038, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1040, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1042, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1044 e 1045, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira,

constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1043, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1046, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs. 1047 e 1049, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1028, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1029, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1051, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, a Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 119/95.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 031/95 e 094/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 02 DE MAIO DE 1995.

"A Evolução da Justiça Federal

em Londrina"

Folha de Londrina

Em artigo escrito neste jornal, comentamos acerca da evolução da Justiça Federal no País, em destaque a criação dos Tribunais Regionais Federais e os cargos de juízes federais no interior das grandes cidades brasileiras.

Nesta oportunidade, a análise será voltada à evolução da Justiça Federal na Circunscrição Judiciária de Londrina, que abrange 66 cidades do Norte do Paraná, vale dizer, os juízes federais de Londrina possuem jurisdição em todas cidades circunvizinhas.

A Justiça Federal em Londrina foi implantada em 1987. No ano de 1993, a então Vara Única contava com 12.000 processos para serem decididos pelo único magistrado federal. Ao final de 1993, criou-se a 2.^a Vara Federal. A partir daí, Londrina conta com duas varas federais, dois cartórios judiciais, com vinte funcionários cada, incluídos os oficiais de justiça, em número de quatro por vara. Trata-se de funcionários públicos competentes, muitos dos quais com formação universitária, notadamente em Direito.

No ano de 1994, em vista da grande quantidade de processos nas diversas varas federais nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Tribunal Regional Federal, com sede em Porto Alegre, adquiriu novos computadores para o desenvolvimento do serviço forense. É que o sistema de computação na Justiça Federal permite ao juiz pesquisar diretamente por intermédio do programa do Tribunal, decisões judiciais de todo país, dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e até mesmo do Supremo Tribunal Federal. Aliás a tramitação de todos os processos na vara pode ser verificada por computador, o que permite ao juiz e ao diretor da Secretaria (que tem encargos parecidos aos do escrivão da Justiça dos Estados) a análise dos feitos em andamento, em benefício da celeridade processual.

Nesse mesmo ano, o Tribunal criou cargos de juízes federais substitutos, na medida em que havia necessidade de acelerar a entrega da prestação jurisdicional à sociedade, por intermédio de sentenças (decisões definitivas dos juízes), agora proferidas por titulares e substitutos. Destaque-se a existência de dois cargos de juízes substitutos em Londrina, beneficiado com a medida tomada pelo Tribunal. Logo, além dos juízes federais titulares, os juízes substitutos proferem decisões definitivas.

A Justiça Federal em Londrina abrange 66 cidades do norte do Paraná.

A doação de um terreno de quase 6.000

m2, por parte da Prefeitura Municipal de Londrina à União, tornou-se realidade, com a presença marcante, nesta cidade, do Excelentíssimo Presidente do Tribunal, Dr. Gilson Langaro Dipp, ocasião em que assinou a escritura do ato translativo, em solenidade com grande participação da comunidade local. Tal doação destina-se à construção do prédio da Justiça Federal nesta cidade, com previsão para dez varas federais, dependendo, para o início das obras, de verbas orçamentárias.

Em vista dessa evolução, os resultados começaram a surgir. Durante quatro dias, a Primeira Vara Federal esteve em inspeção, ato pelo qual o juiz fiscaliza e analisa cada processo, bem como todos os livros cartorários, fazendo relatório circunstanciado à Corregedoria da Justiça Federal. Pois bem. Nessa tarefa, a Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio do ilustre Diretor, Dr. José Nogueira Filho, esteve presente acompanhando os trabalhos realizados e inspecionados pelo juiz titular da Vara.

O nobre representante daquela entidade assinou, juntamente com o juiz federal, todos os processos inspecionados, tendo ficado surpreso não só com o volume de serviço existente, mas sobretudo com o andamento dos processos, guardados as devidas proporções em vista da qualidade de feitos, tramitando regularmente. Aliás, a presença de ilustre membro da OAB nos trabalhos de inspeção é de suma relevância, haja vista essa possibilidade estar prevista nas próprias normas baixadas pela Corregedoria da Justiça Federal. Para nossa felicidade, o bom-senso e a experiência do advogado ajudou a inspeção judicial, ao reconhecer as dificuldades por que passa a Justiça, elogiando os trabalhos da Primeira Vara Federal através dos meios de comunicação notadamente, a televisão.

Assim, sem prejuízo do início das obras destinadas ao prédio da Justiça Federal, acredita-se, tão logo haja verba suficiente, sejam criadas pelo menos mais duas varas federais. Dessa maneira, os processos tramitarão com maior celeridade em benefício dos jurisdicionados, partes, advogados, funcionários, juizes, enfim de todos quantos militam no Judiciário Federal. É só uma questão de tempo...

Heraldo Garcia Vitta é diretor do Foro da Circunscrição de Londrina -PR e Juiz titular da 1ª Vara Federal.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 069/95

prorrogar a disposição funcional de Jocely

Terezinha Franklin Caminha Alves, funcionária deste Poder, para continuar a disposição do Tribunal de Justiça ate 31.12.95.

(Prot. n° 3293/95)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 27.04.95.

PORTARIA N° 071/95

conceder, a Alcides Pantilha Cors, funcionário deste Poder sob Regime CLT. licença para tratamento, pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir de 05.04.95 a 04.05.95.

(Prot. n° 3416/95)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 02.05.95.

PORTARIA N° 070/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Maria Regina Subtil, matrícula n° 436, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", nível "61", o tempo de seis (06) meses nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 1° quinquênio compreendido entre 02.05.86 e 02.05.91.

(Prot. n° 6516/95).

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 26.04.95.

PORTARIA N° 073/95

conceder, a Maria José Pereira da Silva, funcionária deste Poder sob Regime Jurídico Único, licença maternidade, pelo prazo de cento e vinte (120) dias a partir de 16.03.95 a 14.07.95.

(Prot. n° 3417/95).

PORTARIA N° 072/95

conceder, a Ângela Jark, funcionária deste Poder sob Regime CLT., licença maternidade, pelo prazo de cento e vinte (120) dias a partir de 10.04.95 a 10.08.95.

(Prot. n° 3415/95).

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 02.05.95.

PORTARIA N° 065/95

mandar contar para efeito de aposentadoria, em favor de Adilson Vicentini, matrícula n° 110, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 202, parágrafo 2° da Constituição Federal e do Decreto n° 5434/82, o tempo de três (03) anos um (01) mês e doze (12) dias em que prestou serviços em atividade privada, conforme Certidão do INSS, em anexo.

(Prot. n° 2502/95).

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 25.04.95.

(A) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

13.^a Legislatura - 1.^a Sessão Legislativa
Ata da 1.^a Reunião Extraordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Belianati, Luiz Claudio Romanelli, Valdir Rossoni, Algaci Túlio, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Eduardo Trevisan, Toti Colaço, Beto Richa, Pêricles de Mello, Duílio Genari, Cezar Silvestri e Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião especial para o oitiva do Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Senhor Alexandre Beltrão, do Presidente do Conselho Estadual de Educação, Senhor Ubaldo Puppi, do Assessor Especial para Assuntos Institucionais da Secretaria de Educação, Senhor Paulo Maia, do Reitor da UNIOESTE, Professor Marcos Vinícius Pires de Souza e do Deputado Edgar Bueno, autor do Projeto de Lei n° 44/95 que dispõe sobre a extinção do Conselho Estadual de Educação, motivo que originou esta reunião e que transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Após exposição e debate, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

13.^a Legislatura - 1.^a Sessão Legislativa
Ata da 5.^a Reunião Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Beto Richa, Luiz Claudio Romanelli, Algaci Túlio, José Tavares, Toti Colaço, Walmor Trentini, Carlos Simões, Valdir Rossoni e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 113/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO;

02) Projeto de Lei n° 29/95 do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 94/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 36/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO. O Deputado José Tavares devolve o Projeto de Lei n° 42/95 do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe que os valores provenientes de recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, reverterão em 30% ao município beneficiado, onde havia solicitado vistas na reunião anterior, e que está sendo reapresentado nesta legislatura. Acredita que esta matéria é complexa, pois o projeto visa alterar substancialmente a Lei do FUNRETRAN, sendo inconstitucional por tratar de matéria financeira. Apresenta seu voto em separado, por acreditar que vai contrariar os interesses do Estado, por ser inconstitucional e que não caberá outra alternativa ao Senhor Governador senão vetar. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Relator, Deputado Emerson Nerone onde apresenta-o favoravelmente na forma do Substitutivo anexo. REJEITADO. Coloca-se em votação em separado do Deputado José Tavares - APROVADO, passando a ser o parecer desta C.C.J.; 06) Projeto de Lei n° 72/95 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço substitutivo - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 58/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 33/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 95/95 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 39/95 do Deputado Antonio Annibelli. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO VALDIR ROSSONI; 11) Projeto de Lei n° 18/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO JOSÉ TAVARES; 12) Projeto de Lei n° 57/95 do Deputado Pêricles de Mello e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. O Deputado Valdir Rossoni havia solicitado vistas e apresenta voto em separado. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer FAVORÁVEL do Deputado Relator, Carlos Simões - REJEITADO. Fica aprovado o voto em separado do Deputado Valdir Rossoni, que passa a ser o parecer desta Comissão; 13) Projeto de Lei n° 75/95 do Deputado Anibal Khury. O Deputado Nelson Justus lembra aos Deputados que este projeto ingressou nesta Comissão na semana anterior, até já estava na Ordem do Dia e conseguiu-se que fosse retirado.

Comunica que está apresentando voto em separado, bem como o Deputado Emerson Nerone, e que os pareceres são quase idênticos. Diz ser o projeto totalmente inconstitucional, flagrantemente ilegal, porque no artigo 19 da Constituição Estadual, o procedimento de criação, incorporação, fusão, desmembramento de municípios tem início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa subscrita por no mínimo cem eleitores residentes e domiciliados nos municípios; então só por não preencher este requisito já é inconstitucional. Diz essa Casa ter se transformado numa fábrica de criação de município e que deve ser tomado muito cuidado para não criar problemas aos municípios, (entre eles) pois se começar a tirar pedaços de terras de um e passar para outro, aleatoriamente, correrão sérios riscos. O Deputado Algaci Túlio pergunta se há uma informação da Câmara daqui ou dos municípios e o Deputado Nelson Justus diz não ter nada, simplesmente uma súmula que diz incorporar área do Município de Antonina a Campina Grande do Sul, e que aquela região está assustada; que o projeto fere a autonomia do município, a Constituição e a Lei. O Deputado Luiz Cláudio Romanelli pergunta qual o método, o instrumento que o Deputado Autor deveria utilizar para proceder o desmembramento de parte do Município de Antonina e anexar a Campina Grande do Sul. O Deputado Nelson Justus diz ser a observação da Lei Complementar nº 56/91, que por si só já é muito falha e que tenta-se nessa Casa, regularizar a criação e incorporação de município. Acredita que foi um momento de descuido do Deputado Autor. O Deputado Valdir Rossoni pergunta se é permitido refazer seu parecer e retirá-lo. O Senhor Presidente diz que tendo em vista considerações do Deputado Nelson Justus, do Deputado Emerson Nerone e atendendo o pedido do Deputado Relator poderá ser colocado em análise na próxima reunião. O Deputado Luiz Romanelli diz ser muito forte o termo descuido, utilizado pelo Deputado Nelson Justus, para definir a apresentação do Projeto de Lei do Deputado Aníbal Khury e que na verdade, se for analisado o mérito da questão, é uma área que deve ser desmembrada, seguindo, logicamente, os trâmites legais, e anexada ao município de Campina Grande do Sul. Diz temer que a Comissão possa criar um instrumento que não vá beneficiar a comunidade que está sofrendo; o município de Campina Grande do Sul está cometendo uma ilegalidade ao atender os munícipes de Antonina e o Município de Antonina não atende aquela comunidade, e por isso acredita que deve seguir os ritos da Lei para que se possa fazer o desmembramento. O Deputado Emerson Nerone diz ter um fax dentro do

projeto, que veio da Câmara de Antonina, dos vereadores, que desconhecem completamente este projeto, a não ser pela imprensa. Acredita ser este projeto inconstitucional e que deveria ser retirado e dado entrada em outro, passando novamente por esta Comissão. O Deputado Nelson Justus diz que irá acompanhar o voto do Deputado Nerone, que pediu vistas na reunião anterior e apresentou seu parecer. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Deputado Emerson Nerone pela inconstitucionalidade do projeto de lei, uma vez que o relator retirou seu parecer - APROVADO com voto contrário do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. O Senhor Presidente diz que algumas coisas o Regimento Interno não prevê e acredita que foi muito interessante as questões colocadas, com respeito a constitucionalidade das matérias, porque deve-se ter essa preocupação, apesar do esforço de se ver as matérias aprovadas por esta Casa não se pode deixar para trás o aspecto relacionado com a constitucionalidade, pois há projetos de alto alcance social e que carecem de legalidade. É muito importante que esta Comissão demonstre zelo com relação a esse aspecto. O Deputado Algaci Túlio pede que seja fornecida pauta da Comissão com quarenta e oito horas de antecedência para que os Deputados possam se preparar para a revisão dos relatórios e evitar constrangimentos. O Senhor Presidente diz que na primeira reunião desta Comissão nesta legislatura foi feita esta observação e foi acolhida, mas por não ser entregue os projetos a esta Comissão em tempo hábil, tornou-se impossível a pauta com antecedência. Diz ser interessante que haja um esforço comum para que as matérias sejam entregues e assim feita a pauta, entregue com vinte e quatro horas de antecedência e que os projetos aqui relatados façam parte dela. O Deputado Walmor Trentini diz que na semana anterior houve um projeto de lei que não foi incluído na votação da reunião por falta de tempo e posteriormente solicitado aos Deputados, individualmente, que assinassem o parecer da matéria para poder entrar na Ordem do Dia. Faz um apelo no sentido de ser observado o Regimento Interno da Casa e que os pareceres sejam analisados, votados, assinados no âmbito da reunião e não isoladamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária